

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO SUPERIOR
PPC

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
CÂMPUS CONCÓRDIA

BLUMENAU/SC

2012



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

FRANCISCO JOSÉ MONTÓRIO SOBRAL

REITOR

JOSETE MARA STAHELIN PEREIRA

PRO-REITOR DE ENSINO

JOLCEMAR FERRO

DIRETOR GERAL

GILMAR DE OLIVEIRA VELOSO

Diretor do Departamento de Desenvolvimento Educacional – DDE

ROSANE DA SILVA FRANÇA LUBASZEWSKI CAVASIN

Coordenadora do Curso de Matemática – Licenciatura



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01 – Identificação do Instituto | 07 |
| Quadro 02 – Identificação da Coordenação..... | 08 |
| Quadro 03 - Matriz Curricular do Curso de Matemática- Licenciatura..... | 23 |
| Quadro 04 - Componentes Curriculares do Estágio Curricular Supervisionado..... | 25 |
| Quadro 05 – Resumo das Cargas Horárias..... | 25 |
| Quadro 06 – Disciplinas com Atividades de Práticas como Componentes Curriculares..... | 28 |
| Quadro 07 - Componentes Curriculares do Núcleo Básico (NBAS)..... | 29 |
| Quadro 08 - Componentes Curriculares do Núcleo Pedagógico (NPED)..... | 29 |
| Quadro 09 - Componentes Curriculares do Núcleo Específico (MAT)..... | 30 |
| Quadro 10 - Corpo docente do curso Matemática – Licenciatura..... | 34 |
| Quadro 11 - Resumo do corpo docente e sua formação..... | 35 |
| Quadro 12 – Núcleo Docente Estruturante..... | 36 |
| Quadro 13 – Colegiado de Curso..... | 38 |
| Quadro 14 – Titulação dos Técnicos Administrativos..... | 39 |
| Quadro 15 – Infraestrutura e Recursos Pedagógicos – Câmpus Concórdia..... | 47 |
| Quadro 16 – Infraestrutura e Recursos Pedagógicos a serem implantados | 49 |
| Quadro 17 – Material bibliográfico disponível na biblioteca | 50 |
| Quadro 18 – Acervo total da Biblioteca..... | 51 |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SUMÁRIO

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. ÁREA DE ORIGEM / IDENTIFICAÇÃO**
- 3. MISSÃO INSTITUCIONAL/IFC**
- 4. VISÃO INSTITUCIONAL/IFC**
- 5. GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**
- 6. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL/IFC-CÂMPUS CONCÓRDIA**
- 7. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO**
- 8. MISSÃO DO CURSO**
- 9. VISÃO DO CURSO**
- 10. PERFIL DO CURSO**
 - 10.1 Forma de ingresso e acesso ao curso
 - 10.2 Acesso e apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
 - 10.3 Tempo de Integralização
 - 10.4 Regime de Funcionamento
- 11. OBJETIVOS DO CURSO**
 - 11.1. Geral
 - 11.2. Específicos
- 12. CONCEPÇÃO DO CURSO**
 - 12.1. Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso
 - 12.1.1. Princípios Curriculares
 - 12.1.2. Valores
 - 12.2 Diretrizes Curriculares
 - 12.3 Legislação
 - 12.4 Campo de atuação
- 13. PERFIL DO EGRESSO**
- 14. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**
 - 14.1. Matriz curriculares de disciplinas obrigatórias
 - 14.2. Relação Teoria e Prática
 - 14.2.1 Relação Teoria e Prática e as Práticas como Componente Curricular



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

14.3. Interdisciplinaridade

15. RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

15.1. Núcleo Comum

15.2. Núcleo dos Conteúdos Específicos

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

17. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CÂMPUS CONCÓRDIA

17.1. Avaliação externa

17.2. Avaliação interna

18. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO

19. CORPO DOCENTE

19.1. Núcleo Docente Estruturante

19.2 Colegiado do Curso

20. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

21. ATIVIDADES ACADÊMICAS

21.1 Atividades Acadêmicas Complementares

21.2. Atividades de Monitoria

22. ESTÁGIO CURRICULAR /ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008)

22.1 Operacionalização do Estágio

22.2 Orientação das Etapas de Estágio

22.3 Sistema de Avaliação de Estágio

23. PESQUISA E EXTENSÃO

23.1 Linhas da Pesquisa

23.2. Ações de Extensão

24. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

25. INFRAESTRUTURA

25.1 Infraestrutura existente

25.2 Infraestrutura a ser implantada

25.3 Biblioteca

26. CONSIDERAÇÕES FINAIS

27. REFERÊNCIAS

28. ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às crescentes demandas por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e o suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contém a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecem formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, estes até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e /ou articulação com o PDI e o PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de *Licenciatura em Matemática*, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Vale ressaltar que devido à importância



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE do PPC, o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

2. DENOMINAÇÃO DO CURSO

| | |
|--|---|
| CNPJ | 10.635.424.0005-00 |
| Razão Social | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Concórdia |
| Nome de Fantasia | Instituto Federal Catarinense - Concórdia |
| Esfera Administrativa | Federal |
| Endereço | Rodovia SC 283 – KM 08 – Caixa Postal 58 – Concórdia - SC |
| Telefone/Fax | (47) 34414800 |
| E-mail de contato | ifc@ifc-concordia.edu.br |
| Site da Unidade Área do Plano | www.ifc-concordia.edu.br |
| Área do Plano | Ciências Exatas e da Terra |
| Habilitação | Matemática - Licenciatura |
| Título | Licenciado em Matemática |
| Carga Horária Total | 2835 horas |
| Prática Pedagógica | 405 horas |
| Estágio Curricular Obrigatório | 420 horas |
| Núcleo comum | 1050 horas |
| Núcleo específico | 750 horas |
| Núcleo complementar | 210 horas |
| Legislação e Atos Oficiais Relativos ao Curso: | LDB 9394/96. Parecer CNE/CP nº 9/2007; Parecer CNE/CP nº 5/2006; Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005; Resolução nº 1/2002 CNE/CP; Parecer CNE/CP nº 4/2005; Parecer CNE/CES nº 15/2005; Parecer CNE/CES nº 197/2004; Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003; Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | |
|--|---|
| | Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura/Secretaria de Educação Superior. –Brasília: Ministério da Educação Superior, Secretaria de Educação Superior, 2010, 99p. |
|--|---|

Quadro 01 – Identificação do Instituto

| DADOS DO COORDENADOR DO CURSO | |
|--------------------------------------|---|
| Nome completo: | Rosane Da Silva França Lubaszewski Cavasin |
| CPF: | 015.075.019-60 |
| Regime de trabalho: | 40 horas/DE |
| Titulação: | Licenciatura em Pedagogia – Mestrado em Educação |
| Endereço de e-mail: | rosane.cavasin@ifc-concordia.edu.br |
| Telefone: | (49) 3444-5940 |

Quadro 02 – Identificação da Coordenação

3. MISSÃO INSTITUCIONAL/IFC

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural.

4. VISÃO INSTITUCIONAL/IFC



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

5. GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), possui atualmente seis câmpus instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira, também quatro câmpus avançados: Blumenau, São Francisco do Sul, Luzerna, Ibirama.

De acordo com a Lei é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribuirá para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense, recém-implantado, numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus campi, em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, além de apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

6. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL/IFC- Câmpus Concórdia

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Concórdia iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, formando a 1ª turma em 1968. Elevou-se de Ginásio Agrícola para a categoria de Colégio Agrícola, em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, adquirindo autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

Por fim, através da Lei 11.892/2008, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia passou a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, denominando-se Câmpus Concórdia.

A Área total do IF Catarinense – Câmpus Concórdia é de 2.242.000 m², sendo que desse total 27.397,68 m² são de área coberta e 70.300 m² de área construída. Sua estrutura física é composta por Laboratórios de Informática, Biologia, Solos, Química, Física, Análises Sensoriais, Bromatologia, Microbiologia, Biotecnologia; Mini-usina de beneficiamento em Panificação, Laticínio, Abatedouro/ Escola, Laboratório de Produtos Vegetais; Entrepasto de mel; Ginásio de Esportes, Campo de Futebol com Pista de Atletismo, Academia de Ginástica, Refeitório, Biblioteca, quatro Alojamentos de Estudantes – Masculino e Feminino, Centro Cultural, Centro Administrativo, Centro Pedagógico; Centro de Educação Tecnológica, Auditório, Parque Tecnológico/Campo Demonstrativo Rural (TECNOESTE), Equoterapia, Unidades Educativas de Produção Agrícola e Zootécnica. O quadro de servidores deste Câmpus é composto por 65 docentes efetivos, 11 substitutos, 81 técnicos administrativos e 44 servidores terceirizados.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Na atualidade, o Câmpus ministra cursos técnicos de nível médio, voltados à Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, concomitantes com o Ensino Médio, além de oferecer, desde 2005, curso superior em Tecnologia de Alimentos. E desde 2010, o Câmpus ministra o curso de Matemática- Licenciatura no período noturno e Medicina Veterinária no período diurno.

Em 2011 iniciou-se o curso de Engenharia de Alimentos no período diurno e no período noturno o curso de Física-Licenciatura.

7. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

Este projeto trata de uma proposta de formação de professores, construída no âmbito da Lei Federal 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Contemplando todos os estados da Federação, esses institutos oferecem educação técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, estabeleceu a meta de, em dez anos, garantir a 70% dos professores do Ensino Infantil, Fundamental e Médio a formação específica superior, uma vez que a maioria dos sistemas e redes públicas não tem quadro de professores adequadamente formados.

O relatório recente do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estimou a demanda de 272.327 professores (MEC, 2007), fez com que os Institutos Federais assumissem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, em garantir 20% de suas matrículas em cursos de licenciaturas, tendo em vista a grande defasagem dos profissionais para determinadas áreas. Neste sentido, os cursos de licenciatura dos Institutos Federais têm como objetivo central a formação de professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Médio Integrado.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Dos professores de quinta a oitava série das Escolas de Santa Catarina, 4,81% não tem ensino superior e, no ensino médio, a porcentagem é cerca de 5,76% (Censo 2007). Estima-se que há uma falta de 250 mil professores para o ensino médio no Brasil na área de Ciências da Natureza e Matemática. Essas carências são maiores em municípios mais afastados dos centros de formação, em geral, pequenos municípios, com escolas menores.

Desde o final dos anos 90, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação apontam para um acentuado déficit de professores no país na área de Ciências Exatas, em especial para os componentes curriculares de Matemática, Física e Química. Esses dados se confirmam na região de Concórdia, verificando-se a atuação de profissionais não habilitados atuando como docentes nessas áreas.

Acredita-se que a formação do professor tem grande influência na qualidade de ensino e aprendizagem que permeia a comunidade escolar. Como tentativa de intervenção na Matemática ensinada e aprendida na comunidade regional e local é que foi proposta a criação do curso de Matemática - Licenciatura no *Câmpus* Concórdia.

8. MISSÃO DO CURSO

Formar professores de Matemática capazes de realizar uma leitura crítica da realidade, utilizando conhecimento matemático e as atuais metodologias de ensino na busca da promoção de seus acadêmicos, a partir de uma sólida base científica, tecnológica, humanística e ética.

9. VISÃO DO CURSO

Ser referência nacional na formação dos docentes na área de matemática.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

10. PERFIL DO CURSO

Carga horária total do curso: 2835

Carga horária das atividades complementares: 210

Carga horária do estágio: 420

Duração do curso (semestre/ano): 8 semestres/4 anos

Número de vagas por turma: 40 vagas

Turno de funcionamento do curso: Noturno. Caso haja a possibilidade, o curso poderá ser oferecido em outro turno.

Câmpus: Concórdia

10.1. Formas de ingresso e acesso ao Curso

O ingresso se fará mediante Processo Seletivo e/ou ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), mediante normas estabelecidas em edital a ser publicado pelo IFC.

10.2. Acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida

Quando da fundação da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, não havia por parte do poder público e sociedade geral uma preocupação em relação à inclusão das pessoas com necessidades específicas no ensino regular, essa responsabilidade era atribuída às escolas especiais. Todavia com as políticas de educação inclusiva, um novo olhar tem sido lançado no Instituto Federal Catarinense no sentido de desenvolver ações que promovam o acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o decreto 5.296/2004, estabelecem-se normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Desta forma, projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

Em consonância com tais aspectos a Portaria Ministerial N° 3.284 de 07 de novembro de 2003, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, instruindo também sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Em virtude disso, iniciou-se uma sensibilização em relação à inclusão.

Diante de tais considerações, convém ressaltar algumas informações relevantes quanto ao acesso e apoio a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida no âmbito do Instituto Federal Catarinense *Câmpus* Concórdia.

O Instituto Federal Catarinense *Câmpus* Concórdia é constituído atualmente pela Sede, que está localizada a 8 km do centro da cidade, na localidade de Fragosos, o acesso é por estrada com pavimentação e o meio de transporte utilizado pelos alunos, e maioria dos servidores, é o transporte coletivo urbano, o qual não possui nenhuma adaptação.

A partir da portaria do MEC/SETEC n° 151 de 11 de julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação TEC NEP – Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído o NAPNE (Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Específicas) da então Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, hoje Instituto Federal Catarinense.

O NAPNE do IF Catarinense – *Câmpus* Concórdia possui como uma de suas principais competências o fato de articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre algumas das atividades ligadas ao acesso e apoio às pessoas com deficiência, pode-se elencar:

- Sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo de inclusão.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Encaminhamento à direção geral de um relatório demonstrativo da acessibilidade no Instituto, para que sejam tomadas as medidas necessárias a atender às exigências da ABNT 9050.
- Encaminhamento de projeto para a implantação da infra-estrutura de acessibilidade das pessoas com deficiência.
- Solicitação de equipamentos e recursos materiais para adaptação de material didático pedagógico e estruturação de sala multifuncional de modo a atender alunos cegos, com visão subnormal e Surdos, nas suas especificidades.
- Aquisição de software leitor de tela a ser utilizado pelos alunos com diagnóstico de baixa-visão.
- Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de interprete/tradutor de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo.
- Solicitação e instalação de TDD, telefone com teclado para surdos.

Em relação a aspectos de infra-estrutura das instalações é possível destacar:

- A sede da instituição, bem como a biblioteca onde estão as salas de trabalho, laboratórios e salas de aula atendem as exigências da ABNT 9050, quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance.
- A biblioteca não possui opção de acesso através de rampas com corrimãos, dificultando a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e banheiro acessível.
 - No prédio administrativo da sede, atualmente, existe um sanitário masculino adaptado com barra de apoio.
- Sabe-se que as Unidades de Ensino e Produção também necessitam de adequações e adaptações para atender os critérios de acessibilidade.
- A instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência.

Entende-se que a acessibilidade do Instituto Federal Catarinense - Câmpus Concórdia possui uma estrutura física e espaços que possibilitam as modificações e adequações necessárias.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

10.3. Tempo de Integralização

O tempo mínimo de integralização curricular será de 4 (quatro) anos (8 semestres) e o máximo 8 (oito) anos (16 semestres), contados a partir data da matrícula de ingresso. O aluno que ultrapassar o tempo de integralização e tiver interesse em continuar e/ou concluir o curso deverá submeter-se a novo processo de ingresso, conforme Edital próprio e obedecer ao previsto nas leis e nos demais regulamentos que regem a vida acadêmica do educando, inclusive no que diz estrutura curricular.

10.4. Regime de Funcionamento

O curso será presencial, em regime semestral e matrícula por disciplina, com entrada anual.

O aluno que for classificado e tenha cumprido as exigências previstas no Edital do Processo Seletivo, será matriculado em todas as disciplinas do primeiro semestre. Nos semestres seguintes, a matrícula será feita por disciplina e por período letivo, observada a compatibilidade de horários.

Alguns componentes curriculares poderão ser oferecidos de forma concentrada, quando possível e/ou necessário, conforme data e horário estabelecidos.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Para ministrar uma disciplina, o número mínimo de alunos matriculados deverá ser de 10 (dez) e o máximo de 50 (cinquenta).

Há a possibilidade de ofertar componentes curriculares comuns com outros cursos do IFC no Câmpus, o que poderá viabilizar projetos multidisciplinares no processo de formação.

11. OBJETIVOS DO CURSO

11.1. Geral

Formar professores com domínio do conhecimento matemático e científico para atuarem na Educação Básica, com ênfase na formação para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, possibilitando um profissional reflexivo, capaz de desenvolver atitudes que integrem os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, compreendendo metodologias pedagógicas, acompanhando os avanços dos científicos e tecnológicos, de modo a incorporar novas tecnologias à prática profissional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Orientar para a constituição de competências profissionais referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática, à compreensão do papel social da escola, ao domínio do conhecimento pedagógico, ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica, ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional e relativo ao domínio dos conteúdos a serem socializados de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar.

11.2. Específicos

Propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores para a educação básica, e também compatível com a possibilidade de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE atuação na educação profissional, principalmente no caso do ensino médio integrado, oportunizando ao mesmo:

- Garantir uma sólida formação de conteúdos matemáticos com domínio nas principais áreas da Matemática, formação pedagógica de qualidade necessária ao exercício do magistério e uma formação que possibilite a vivência crítica da realidade do ensino em sua região, dando-lhe condições de experimentar propostas interdisciplinares com seus alunos.
- Formar um profissional capaz de atuar como sujeito histórico na leitura e na produção de significados aos conceitos matemáticos, na resolução de problemas de seu cotidiano e na inserção da Matemática em outras áreas do conhecimento a ela relacionada possibilitando uma leitura contextualizada de sua realidade social.
- Fornecer uma nova linguagem para o entendimento do mundo físico, permitindo o emprego do conhecimento matemático em setores da informática, geografia, economia, engenharia, meteorologia, medicina ou mercado financeiro.
- Construir espaços de formação inicial e continuada de professores com linhas de pesquisa na formação docente e interação com as escolas de educação básica locais.
- Compreender que os conteúdos de Matemática são inteirados às teorias existentes e relacioná-los com o cotidiano.
- Evidenciar a educação científica em todas as atividades relacionado-a com o avanço tecnológico e suas relações sociais.
- Propor atividades, do contexto curricular de Matemática, que proporcionem a vivência do método científico, desenvolvendo habilidades de investigação e senso crítico do aluno.
- Vivenciar atividades com metodologia diversificada que expressem a melhoria da qualidade de ensino.
- Estabelecer relações entre a Matemática e outras áreas do conhecimento.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- Relacionar os conceitos e princípios matemáticos com as questões pertinentes ao professor.
- Desenvolver habilidades científicas básicas através da confecção de equipamentos para laboratório com materiais alternativos e a elaboração de conceitos científicos básicos.
- Instrumentalizar o laboratório de Ensino de Matemática para o desenvolvimento de habilidades visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem.
- Analisar, selecionar e produzir material didático.

12. CONCEPÇÃO DO CURSO

12.1. Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

As *Diretrizes Curriculares Nacionais* para a formação de professores apontam para a necessidade do reconhecimento e fortalecimento da identidade dos cursos de formação de professores/licenciaturas, indicando a docência como base comum na formação de professores (qualquer área) e a unidade entre teoria e prática como princípios indissociáveis da formação.

Diante destas orientações o Curso de Matemática- Licenciatura do IFC, adota como princípio filosófico a *Filosofia da Práxis*, Vásquez, 1977.

Como princípio pedagógico a concepção da profissão como prática social (produto e produtor) e plural, imbuída de processos teórico-práticos que levem o estudante a compreensão das relações e implicações entre educação, escola e sociedade/ambiente. Com vistas à superação da dicotomia entre formação e campo de atuação profissional, enfatizando/valorizando a idéia de processo, de questionamento, de provisoriedade do conhecimento, de compreensão e explicação de problemas vividos no cotidiano escolar e outros espaços sócio-educativos.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Para que este processo de formação se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e social comprometido com os processos educativos global e local. Para tanto se tem como necessário a compreensão de alguns princípios:

- **Sócio-histórico do conhecimento**, compreensão do conhecimento como produto da construção histórica;
- **Concepção de sociedade, justiça social** e da diversidade cultural;
- **Compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento articulador dos demais componentes curriculares e da relação teoria e prática;
- **Compreensão da práxis**, enquanto unidade teoria-prática.

12.1.1 Princípios Curriculares

- Articulação e integração das dimensões epistemológica, ética e profissionalizante;
- Articulação e integração dialética das dimensões histórica, pedagógica, sociológica e filosófica (das ciências);
- Compreensão da matemática como ciência viva;
- Construção e reconstrução do conhecimento matemático;
- Flexibilização curricular e mobilidade
- Articulação e integração da trajetória educativa do aluno como princípio dinamizador da construção pessoal, coletiva e interdisciplinar do conhecimento do profissional de Educação: “tornar o vivido pensado e o pensado vivido” (ANFOPE, 1998);
- Articulação e integração do Projeto Político Pedagógico da Instituição Formadora/Escola com um projeto de sociedade como balizador da identidade profissional;
- Articulação do ensino, pesquisa e extensão.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

12.1.2 Valores

Que se tem e que se quer construir:

1. compromisso com a missão e visão do Curso e do IFC;
2. conduta ética, cooperativa e responsável;
3. respeito e compromisso com a profissão professor/educador;
4. busca pela autonomia e autoria profissional;
5. compromisso com o processo educativo inclusivo;
6. reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e as diferentes culturas;
7. a Ciência Pedagógica como base da superação do senso comum;
8. o processo pedagógico como ação-reflexão-ação.

12.2. Diretrizes Curriculares

As diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação para as instituições de ensino de Matemática estão contidas na Resolução nº 3 de 18 de fevereiro de 2003, que integra o Parecer CNE/CES 1.302/2001 de 06 de novembro de 2001 e também nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura.

Estas diretrizes e os referenciais orientam a elaboração do Projeto Pedagógico do curso, estabelecendo a formulação do perfil dos formandos, competências e habilidades, conteúdos curriculares, formato dos estágios, atividades complementares, avaliação e estrutura do curso e determina, ainda, a observância da Resolução 01 e 02 do CNE/CP de 19 de fevereiro de 2002, no que diz respeito à carga horária dos cursos de licenciatura.

O formando em Matemática-Licenciatura, além de sólida formação de conteúdos na área, deve estar preparado para enfrentar os desafios advindos das



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

rápidas mudanças na sociedade e mundo do trabalho, ter consciência do seu papel social de educador e ter visão da importância da aprendizagem da Matemática, que deve ser acessível a todos.

Os currículos devem ser elaborados de forma a desenvolver competências e habilidades como a capacidade de expressão, aprendizagem continuada, capacidade de trabalho em equipe, conhecimento de questões contemporâneas, relação entre a Matemática e demais áreas do conhecimento, entre outras. Essas habilidades e competências adquiridas ao longo da formação do professor de matemática tais como o raciocínio lógico, a postura crítica e a capacidade de resolver problemas, fazem do mesmo um profissional capaz de ocupar posições no mercado de trabalho também fora do ambiente acadêmico, em áreas em que o raciocínio abstrato é uma ferramenta indispensável.

Assim, os currículos também devem assegurar o desenvolvimento de conteúdos dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional de um matemático incluindo, além dos conteúdos puramente matemáticos aqueles da Educação Básica, considerando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores em nível superior.

12.3. Legislação

As licenciaturas dedicadas à Formação de Professores para a Educação Básica, em nível superior, estão regulamentadas pela Constituição Federal de 1998 e pela LDB, lei 9394 de 1996 e pelas resoluções CNE/CP CNE/CP nº 001/2002, CNE/CP nº002/2002, CNE/CES nº 003 de 18/02/2003 e pelo parecer CNE/CES 1302/2002.

A Resolução CNE/CP nº 001/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior é vinculada ao Parecer CNE/CP nº 009/2001. Nesse Parecer, encontra-se uma extensa fundamentação das mudanças de concepção sobre a formação de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

professores, mas sendo de natureza conceitual não trata de questões de carga horária nem de duração das licenciaturas. Essas matérias foram regulamentadas pela Resolução CNE/CP nº 002/2002. O Parecer CNE/CP nº 28/2001, vinculado a esta última Resolução, defende a necessidade de prever para o componente curricular Estágio Supervisionado uma carga horária mínima de 400 horas. Num contexto mais atual temos o Parecer CNE/CP nº 5/2006 e o Parecer CNE/CP nº 9/2007 que prevêem a reorganização da carga horária mínima de 2800 para os cursos de formação de professores destacando a necessidade de no mínimo 300 horas de estágio curricular e 2500 horas dedicadas as demais atividades formativas;

O curso de Matemática-Licenciatura do Instituto Federal Catarinense – *Câmpus* Concórdia apresenta uma organização curricular prevendo uma carga de 405 h de prática pedagógica; 420 horas de estágio curricular supervisionado; 1050 horas de núcleo comum; 750 horas de núcleo específico; 210 horas de núcleo complementar perfazendo um total de 2835 horas, desta forma contempla as legislações em vigor para os cursos de Licenciaturas para a Educação Básica, séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico buscando durante o processo de formação inicial adequação aos Referenciais Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática.

Atendendo, também, ao Decreto Federal nº 5626/5, que determina que Libras deve ser inserida nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, foi introduzida Libras como disciplina curricular obrigatória na matriz curricular do curso.

12.4. Campo de Atuação

Segundo os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, o Licenciado em Matemática trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, como feiras de divulgação científica e museus; em empresas



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

13. PERFIL DO EGRESSO

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com os Referenciais Curriculares Nacionais, o professor licenciado pelo *Câmpus* Concórdia do Instituto Federal Catarinense deverá estar apto a planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Matemática, tendo como sua atribuição central à docência na Educação Básica, fundamentada em um sólido conhecimento sobre os fundamentos da Matemática, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento matemático em saber escolar tendo como referências as pesquisas e tendências da Educação Matemática.

Além disso, o licenciado deverá ser capaz de trabalhar diretamente na sala de aula, elaborar e analisar materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem. Realizando ainda pesquisas em Educação Matemática, coordenando e supervisionando equipes de trabalho, tendo uma atuação voltada para desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

14. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

14.1. Matriz curricular de disciplinas obrigatórias

| Código | Componentes Curriculares | CH Total do Semestre | Créditos | Carga Horária Teórica | Prática com o Componente Curricular |
|--------|--------------------------|----------------------|----------|-----------------------|-------------------------------------|
|--------|--------------------------|----------------------|----------|-----------------------|-------------------------------------|



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | | | | | | |
|--|---------|---|------------|-----------|------------|-----------|
| 1 º s e m e s t r e | NBAS 01 | Matemática Fundamental I | 90 | 6 | 90 | - |
| | NBAS 02 | Metodologia Científica | 30 | 2 | 30 | - |
| | NPED 01 | História da Educação | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 02 | Leitura e Produção de Texto | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | MAT 01 | Geometria Plana | 60 | 4 | 60 | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 300 | 20 | 270 | 30 |
| 2 º s e m e s t r e | NBAS 03 | Matemática Fundamental II | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 02 | Lógica Básica | 30 | 2 | 30 | - |
| | NBAS 04 | Informática Básica | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 03 | Geometria Espacial | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 03 | Teorias Educacionais e Curriculares | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 04 | Educação e Mundo do Trabalho | 30 | 2 | 15 | 15 |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 300 | 20 | 285 | 15 |
| 3 º s e m e s t r e | MAT 04 | Cálculo I | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 05 | Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | NBAS 05 | Física I | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 05 | Geometria Analítica | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 06 | Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem | 60 | 4 | 30 | 30 |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 300 | 20 | 240 | 60 |
| 4 º s e m e s t r e | NBAS 06 | Física II | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 06 | Álgebra Linear I | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 07 | Cálculo II | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 07 | Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | NPED 08 | Avaliação | 45 | 3 | 45 | - |
| | NBAS 07 | Concepções em Educação Matemática | 30 | 2 | 30 | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 315 | 21 | 285 | 30 |
| 5 º s e m e s t r e | MAT 08 | Cálculo III | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 09 | Álgebra Linear II | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 09 | Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | NPED 10 | Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I | 60 | 4 | - | 60 |
| | ESTG 01 | Estágio Supervisionado I | 60 | 4 | - | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 300 | 20 | 150 | 90 |
| | MAT 10 | Cálculo IV | 60 | 4 | 60 | - |


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | | | | | | |
|--------------------------|---------|--|------------|-----------|------------|-----------|
| 6º semestre | MAT 11 | Equações Diferenciais Ordinárias | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 12 | Educação Inclusiva | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | NPED 11 | Pesquisa em Educação | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | ESTG 02 | Estágio Supervisionado II | 150 | 10 | - | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 390 | 26 | 180 | 60 |
| 7º semestre | NPED 13 | Sociologia da Educação | 30 | 2 | 30 | - |
| | NPED 17 | Laboratório de prática de ensino-aprendizagem II | 60 | 4 | | 60 |
| | MAT 12 | Cálculo Numérico | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 15 | Filosofia da Educação | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 16 | Políticas Educacionais – estruturas | 60 | 4 | 60 | - |
| | ESTG 03 | Estágio Supervisionado III | 60 | 4 | - | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 330 | 22 | 210 | 60 |
| 8º semestre | NPED 14 | Educação Matemática e Tecnologias | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | NBAS 08 | Estatística e probabilidade | 60 | 4 | 60 | - |
| | MAT 13 | Introdução à Análise | 60 | 4 | 60 | - |
| | NPED 18 | Libras | 60 | 4 | 30 | 30 |
| | ESTG 04 | Estágio Supervisionado IV | 150 | 10 | 150 | - |
| TOTAL DO SEMESTRE | | | 390 | 26 | 330 | 60 |

Quadro 03 - Matriz Curricular do Curso de Matemática- Licenciatura.

| Código | Componentes Curriculares | CH Semestre | Créditos | Prática como Componente Curricular |
|-----------------|---------------------------------|--------------------|-----------------|---|
| ESTG 01 | Estágio Supervisionado I | 60 | 4 | - |
| ESTG 02 | Estágio Supervisionado II | 150 | 10 | - |
| ESTG 03 | Estágio Supervisionado III | 60 | 4 | - |
| ESTG 04 | Estágio Supervisionado IV | 150 | 10 | - |
| Total CH | | 420 | 28 | - |

Quadro 04 - Componentes Curriculares do Estágio Curricular Supervisionado



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| Resumo da Carga Horária | C H | Prática como Componente Curricular |
|--|-------------|---|
| Carga Horária das disciplinas | 2205 | - |
| Prática como componente curricular | - | 405 |
| Atividades Curriculares Complementares | 210 | - |
| Estágios Supervisionados | 420 | - |
| Total | 2835 | 405 |

Quadro 05 – Resumo das Cargas Horárias

14.2. Relação Teoria e Prática

Segundo Ponte (2003) para se tornar um professor de Matemática, o licenciando necessita de conhecimento matemático e conhecimento sobre o ensino de Matemática. Mas, só isso, não basta. Ele precisa também assumir papéis, normas e valores fundamentais da profissão para qualificar-se a realização das atividades profissionais inerentes de um professor e de identificar-se pessoalmente com a profissão.

Nesse sentido, o curso busca a articulação entre teoria e prática, desde os primeiros semestres, não restrita apenas aos estágios curriculares, mas articulada com as demais disciplinas do curso, por meio das práticas como componente curricular e da integração das disciplinas da matemática com outras áreas do conhecimento.

Por isso é necessário que o futuro professor compreenda o contexto escolar como um processo contínuo e dinâmico, influenciado por múltiplas variáveis educacionais, sociais, históricas e culturais, nos quais se aprende e se trabalha desenvolvendo a identidade do professor em formação como agente ativo do processo educacional, ou seja, com a reflexão e a investigação da prática.

Nessa perspectiva as disciplinas de prática, buscam envolver os licenciandos na análise de atividades realizadas no contexto profissional, durante experiências de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
campos relacionadas à observação da prática de professores ou a reflexão sobre sua própria prática enquanto professor em formação.

14.2.1 Relação Teoria e Prática e as Práticas como Componente Curricular

A Práticas como Componentes Curricular- PCC desenvolvidas ao longo de todo o curso numa perspectiva de articulação entre as disciplinas e os semestres, inserindo o aluno no contexto profissional e visando a elaboração de um trabalho interdisciplinar.

O fato de o aluno estar em contato com a escola desde o início do curso objetiva também um olhar reflexivo-ativo sobre os problemas enfrentados pelo professor de Matemática na sala de aula. A discussão de tais problemas abre a possibilidade de realização de pesquisas conjuntas entre alunos, professores em exercício e formadores, numa perspectiva de levantar soluções para problemas da docência.

ROTEIRO ORIENTADOR DAS ATIVIDADES DE PCC

| SEM. | CH (h) | DISCIPLINAS | ATIVIDADES |
|------|----------|--|--|
| 1º | 30 | Leitura e Produção de Texto | Produção de artigos, visando o artigo final que faz parte da disciplina de estágio. |
| 2º | 15 | Educação e Mundo do Trabalho | Visita a diferentes instituições de ensino com vistas ao conhecimento do projeto político pedagógico; análise com produção de relatório sobre o princípio educativo contido projetos. |
| 3º | 30 30 | Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem | Construção e aplicação de uma oficina pedagógica com elaboração de um resumo expandido contendo uma análise reflexiva com base na definição conjunta das características essenciais de um bom professor e de uma boa didática. Observação em escolas de EF ou EM, visando |

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

| | | | |
|----|----|---|--|
| | | | conhecer os planos de ensino e as concepções ensino e aprendizagem presentes no cotidiano escolar. |
| 4° | 30 | Metodologia do Ensino da Matemática na Educação Básica I | Realizar oficinas envolvendo as diferentes metodologias em escolas do EF. |
| 5° | 30 | Metodologia do Ensino da Matemática na Educação Básica II | Realizar oficinas envolvendo as diferentes metodologias em escolas do EM. |
| | 60 | Laboratório de Prática de Ensino-Aprendizagem I | Construção de jogos, materiais diversos para uso no ensino dos conteúdos matemáticos. |
| 6° | 60 | Educação Inclusiva | Pesquisar os diferentes instrumentos e tecnologias que existem para auxiliar as pessoas com necessidades especiais para uso em sala de aula através de visita a salas multifuncionais. |
| | | Pesquisa em Educação | Análise das características essenciais de uma produção científica (artigos completos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso). |
| 7° | 60 | Laboratório de Prática de Ensino-Aprendizagem II | Construção de jogos, materiais diversos para uso no ensino dos conteúdos matemáticos. |
| 8° | 30 | Educação Matemática e Tecnologias | Pesquisar programas que podem ser usados nos conteúdos matemáticos, realizando uma dinâmica utilizando-se da tecnologia. |
| | 30 | Libras | Vivenciar situações de ensino aprendizagem em ambientes escolar, por meio de observação e ou realizar entrevista com professores que vivenciam essa situação. |

Quadro 06 – Disciplinas com Atividades de Práticas como Componentes Curriculares**14.3. Interdisciplinaridade**

Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores. A articulação



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE entre o corpo docente do curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para garantir isso o planejamento semestral será indispensável, a partir da compreensão do projeto pedagógico pelo corpo docente.

A proposta de articulação entre as disciplinas do semestre e ao longo do curso através dos trabalhos da PCC, já evidencia a ocorrência da interdisciplinaridade, que será reforçada através dos diálogos programados em reuniões pedagógicas entre os professores que atuam em cada semestre. As reuniões serão organizadas pela coordenação em conjunto com o NDE, onde através das reflexões sobre os planos de ensino das respectivas disciplinas se delinearão como acontecerá o trabalho disciplinar do semestre.

15. RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

15.1. Núcleo Comum

| Código | Componentes Curriculares | CH Semestre | Créditos | Carga Horária Teórica | Prática como Componente Curricular |
|-----------------|-----------------------------------|-------------|-----------|-----------------------|------------------------------------|
| NBAS 01 | Matemática Fundamental I | 90 | 6 | 90 | - |
| NBAS 02 | Metodologia Científica | 30 | 2 | 30 | - |
| NBAS 03 | Matemática Fundamental II | 60 | 4 | 60 | - |
| NBAS 04 | Informática Básica | 60 | 4 | 60 | - |
| NBAS 05 | Física I | 60 | 4 | 60 | - |
| NBAS 06 | Física II | 60 | 4 | 60 | - |
| NBAS 07 | Concepções em Educação Matemática | 30 | 2 | 30 | - |
| NBAS 08 | Estatística e probabilidade | 60 | 4 | 60 | - |
| Total CH | | 450 | 30 | 450 | - |

Quadro 07 - Componentes Curriculares do Núcleo Básico (NBAS)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| Código | Componentes Curriculares | CH Semestre | Créditos | Carga Horária Teórica | Prática como Componente Curricular |
|-----------------|---|-------------|-----------|-----------------------|------------------------------------|
| NPED 01 | História da Educação | 60 | 4 | 60 | - |
| NPED 02 | Leitura e Produção de Texto | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 03 | Teorias Educacionais e Curriculares | 60 | 4 | 60 | - |
| NPED 04 | Educação e Mundo do Trabalho | 30 | 2 | 15 | 15 |
| NPED 05 | Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 06 | Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 07 | Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 08 | Avaliação | 45 | 3 | 45 | - |
| NPED 09 | Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 10 | Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I | 60 | 4 | - | 60 |
| NPED 11 | Pesquisa em Educação | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 12 | Educação Inclusiva | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 13 | Sociologia da Educação | 30 | 2 | 30 | - |
| NPED 14 | Educação Matemática e Tecnologias | 60 | 4 | 30 | 30 |
| NPED 15 | Filosofia da Educação | 60 | 4 | 60 | - |
| NPED 16 | Políticas Educacionais – estruturas | 60 | 4 | 60 | - |
| NPED 17 | Laboratório de prática de ensino-aprendizagem II | 60 | 4 | - | 60 |
| NPED 18 | Libras | 60 | 4 | 30 | 30 |
| Total CH | | 1005 | 67 | 585 | 405 |

Quadro 08 - Componentes Curriculares do Núcleo Pedagógico (NPED)

15.2. Núcleo dos Conteúdos Específicos

| Código | Componentes Curriculares | CH Semestre | Créditos | Carga Horária Teórica |
|--------|--------------------------|-------------|----------|-----------------------|
| MAT 01 | Geometria Plana | 60 | 4 | 60 |
| MAT 02 | Lógica Básica | 30 | 2 | 30 |
| MAT 03 | Geometria Espacial | 60 | 4 | 60 |
| MAT 04 | Cálculo I | 60 | 4 | 60 |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | | | | |
|-----------------|----------------------------------|------------|-----------|------------|
| MAT 05 | Geometria Analítica | 60 | 4 | 60 |
| MAT 06 | Álgebra Linear I | 60 | 4 | 60 |
| MAT 07 | Cálculo II | 60 | 4 | 60 |
| MAT 08 | Cálculo III | 60 | 4 | 60 |
| MAT 09 | Álgebra Linear II | 60 | 4 | 60 |
| MAT 10 | Cálculo IV | 60 | 4 | 60 |
| MAT 11 | Equações Diferenciais Ordinárias | 60 | 4 | 60 |
| MAT 12 | Cálculo Numérico | 60 | 4 | 60 |
| MAT 13 | Introdução à Análise | 60 | 4 | 60 |
| Total CH | | 750 | 50 | 750 |

Quadro 09 - Componentes Curriculares do Núcleo Específico (MAT)

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Curso acontecerá por mecanismos constituídos pelas avaliações externa e interna em consonância com Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

A implementação do projeto do curso será acompanhada pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante, que adotará como referência os padrões e instrumentos utilizados pelo MEC/SINAES.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

17.1. Avaliação externa

A avaliação externa adotará mecanismos do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, e indiretamente pela sociedade.

17.2. Avaliação interna



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Para a avaliação interna será criada uma Comissão Própria de Avaliação - CPA, que organizará e/ou definirá os procedimentos e mecanismos adotados para a avaliação dos cursos.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CPA e segundo as atribuições previstas na Organização Didática dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense, o NDE acompanhará a evolução dos seguintes pontos:

- Atividades de Ensino;
- Organização Didático-Pedagógica;
- Projeto Pedagógico do Curso;
- Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica;
- Atividades de Extensão;
- Biblioteca;
- Instalações;
- Auto-avaliação discente e docente.

18. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO

A avaliação deve ser contínua e cumulativa e fornecer subsídios para que a Instituição possa retroalimentar o projeto pedagógico e o professor o processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender os processos de avanços e as defasagens de aprendizagem. A avaliação deve também investigar os conhecimentos prévios dos alunos e levantar seus anseios e suas necessidades.

O papel do professor na avaliação escolar deve ser o de agente crítico da realidade, percebendo a avaliação escolar como um processo de construção do conhecimento. Neste sentido, os acertos, os erros, as dificuldades, as dúvidas e o contexto social e econômico que os alunos apresentam, são evidências significativas de como eles interagem com a apropriação do conhecimento.

Os objetivos da avaliação são:

- analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- avaliar a trajetória da vida escolar do aluno, visando obter indicativos que sustentem tomadas de decisões sobre a progressão dos alunos e o encaminhamento do processo ensino–aprendizagem;

- determinar através de instrumentos de medidas, os aspectos qualitativos e quantitativos do comportamento humano (motor, afetivo e cognitivo), coerente aos objetivos planejados para acompanhar o processo de aprendizagem.

A avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos acadêmicos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa.

Cabe ao professor fazer todos os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço do processo ensino-aprendizagem.

Instrumentos

- Apresentação oral e escrita de trabalhos propostos, quando solicitado.
- Avaliação escrita (trabalhos e provas).
- Seminários.
- Projetos.
- Participação em eventos internos.
- Outros.

Critérios

- Domínio dos conteúdos básicos trabalhados.
- Assiduidade.
- Habilidade na utilização/aplicação dos conteúdos desenvolvidos em aula.
- Comprometimento com o curso.
- Outros.

Da aprovação do aluno



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média semestral da disciplina ou resultado do exame final.

A avaliação do processo ensino aprendizagem compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. E deverá ser feita pelo docente, com atribuição de notas, expressas em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com um decimal.

Será considerado aprovado por média semestral da disciplina o aluno que tiver freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina.

Será considerado aprovado por resultado do exame final da disciplina o aluno que tiver freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros) após prestar exame final (NE) e obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco).

A média final é a média aritmética entre a média semestral e a nota obtida no exame final, calculada pela seguinte expressão: $MF = \frac{MS+NE}{2} \geq 5,0$

Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que tiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) e não comprovar freqüência igual ou superior a 75%.

Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que tiver freqüência igual ou superior a 75% e, após o exame final não alcançar média semestral igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros).

19. CORPO DOCENTE

| DOCENTES DO CURSO | | | | | |
|-------------------|----------|--------------------|-----------|---------------------|------------|
| Nome | CPF | Regime de Trabalho | Titulação | E-mail | Fone |
| Alessandra | 023.907. | 40h/DE | Mestre em | alessandra.portolan | (49) 3444- |

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

| | | | | | |
|--|----------------|--------|---|--|----------------|
| Portolan | 239-18 | | Estudos da Tradução | @ifc-concordia.edu.br | 0431 |
| Daniele Martini | 927.554.960-53 | 40h/DE | Mestrado em Ciências no Domínio da Modelagem Matemática | daniele.martini@ifc-concordia.edu.br | (49) 9800 6836 |
| Deise Nívea Reisdoefer | 023344439-48 | 40h | Mestrado em Educação | deise.reisdoefer@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-7864 |
| Flaviane Predebon Titon | 993.606.750-91 | 40h/DE | Mestrado em Educação em Ciências | flaviane.predebon@ifc-concordia.edu.br | (49) 9188-8516 |
| Gilmar de Oliveira Veloso | 436.716.240-00 | 40h/DE | Doutor em Engenharia | gilmar.veloso@ifc-concordia.edu.br | (49) 3425-3094 |
| Inês Liamar Wolf Pereira Rogovski | 584.109.709.10 | 40h | Mestre em Educação | ines.rogovski@ifc-concordia.edu.br | (49) 3442-7515 |
| José Wnilson Figueiredo | 180.833.232-68 | 40h/DE | Mestre em Modelagem Matemática | jose.figueiredo@ifc-concordia.edu.br | 49-99110707 |
| Lurdes Eliane Rothmund Bolfe | 614025590-20 | 40h/DE | Mestre em Ensino de Física | eliane.bolfe@ifc-concordia.edu.br | (49) 91732037 |
| Liamara Teresinha Fornari | 02859916989 | 40h/DE | Mestre em Sociologia Política | liamara.fornari@ifc-concordia.edu.br | (49) 3441-4830 |
| Luciano Alvarenga | 607.267.410-00 | 40h/DE | Mestre em Ensino de Física | luciano.alvarenga@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-5662 |
| Maria Manuela Camino Feltes | 955.421.910-53 | 40h/DE | Pós-Doutora em Engenharia de Alimentos | manuela.feltes@ifc-concordia.edu.br | (49) 3441-4819 |
| Rosane da Silva França Lubaszewski Cavasin | 015.075.019-60 | 40h/DE | Mestre em Educação | rosane.cavasin@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-5940 |
| Silvia Fernanda Souza Dalla Costa | 018.206.869-22 | 40h/DE | Mestre em Letras - Estudos Linguísticos | silvia.costa@ifc-concordia.edu.br | (49) 9918-4225 |

Quadro 10- Corpo docente do curso Matemática - Licenciatura



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| Formação | Quantidade | Na área da matemática | Na área da educação | Em outras áreas |
|----------------|------------|-----------------------|---------------------|-----------------|
| Graduado | | | | |
| Especialização | | | | |
| Mestrado | 11 | 03 | 03 | 05 |
| Doutorado | 01 | | | 01 |
| Pós-doutorado | 01 | | | 01 |
| TOTAIS | 13 | 03 | 03 | 07 |

Quadro 11 – Resumo do Corpo Docente

19.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada *campi*, composto conforme Orientação Didática dos Cursos Superiores do IFC, é o conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE é composto pelos seguintes membros:

- a) Coordenador do Curso;
- b) Um técnico pedagógico indicado pela Coordenação Geral de Ensino;
- c) Mínimo de 30% dos professores do curso superior, de elevada formação e titulação, estes escolhidos por seus pares e nomeados através de portaria pelo Diretor Geral de cada *campus*, cujo mandato será de 02 (dois) anos. O mínimo estabelecido no inciso “c” não exclui os demais professores do curso que compõem o NDE.

As competências do NDE são:

- a) Elaborar, implantar, supervisionar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI)
do Instituto Federal Catarinense;

b) Acompanhar todo processo didático-pedagógico, analisando os resultados do processo de ensino aprendizagem, observando o Projeto Pedagógico do Curso;

c) Manter atualizadas as ementas, os conteúdos e as referências das disciplinas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN);

d) Normatizar o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

e) Acompanhar o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC;

f) Participar e motivar grupos de pesquisa, extensão e atividades interdisciplinares;

g) Orientar e participar da produção de material científico ou didático para publicação;

h) Contribuir para a definição das linhas de pesquisa do curso, respeitando-se o PDI e PPI.

| NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE | | | | | |
|------------------------------------|--------------------|---------------------------|---|--|-----------------------|
| Nome | CPF | Regime de Trabalho | Titulação | E-mail | Fone |
| Alessandra Portolan | 023.907.23 9-18 | 40h/DE | Mestre em Estudos da Tradução | alessandra.portolan@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444- 0431 |
| Daniele Martini | 927.554.9 60-53 | 40h/DE | Mestre em Ciências no Domínio da Modelagem Matemática | daniele.martini@ifc-concordia.edu.br | (49) 9800 6836 |
| Flaviane Predebon Titon | 993.606.75 0-91 | 40h/DE | Mestre em Educação em Ciências | flaviane.predebon@ifc-concordia.edu.br | (49) 9188- 8516 |
| Gilmar de Oliveira Veloso | 436.716.24 0-00 | 40h/DE | Doutor em Engenharia Mecânica | gilmar.veloso@ifc-concordia.edu.br | (49) 3425- 3094 |

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

| | | | | | |
|--|---------------------------------|--------|---------------------------------|--|-------------------|
| Luciano Alvarenga | 607.267.41 0-00 | 40h/DE | Mestre em Ensino de Física | luciano.alvarenga@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-5662 |
| Rosane da Silva França Lubaszewski Cavasin | 015.075.01 9-60 | 40h/DE | Mestre em Educação | rosane.cavasin@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-5940 |
| Maria da Glória Figueiredo | Licenciatura em Educação Física | 40h | Licenciatura em Educação Física | maria.figueiredo@ifc-concordia.edu.br | |

Quadro 12 – Núcleo Docente Estruturante**19.2 Colegiado de Curso**

O Colegiado de Curso segundo as orientações para o Ensino Superior é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento no que diz respeito a matéria de ensino, pesquisa e extensão.

A composição do Colegiado de Curso se dará da seguinte forma:

- I – Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;
- II- um representante do NDE;
- III- no mínimo 30% do Corpo Docente do curso;
- IV- no mínimo, um Técnico Administrativo em Educação, ligados à área pedagógica;
- V- representação Discente na proporção de até 1/3 do Colegiado, garantindo pelo menos um representante discente.

O Grupo de professores do Curso em conjunto com a coordenação, tem a autonomia para definir a escolha dos integrantes, entre seus pares, sendo o tempo de permanência será de 2 anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Perderá o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou não.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Competências do Colegiado de Curso:

I - analisar as matérias que dizem respeito as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

II – deliberar sobre as decisões tomadas *ad referendum* pelo Coordenador de Curso;

III – emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica, administrativa, disciplinar e funcional, no âmbito do curso;

IV- exercer outras atribuições previstas em lei e nesta resolução.

Serão realizadas reuniões mensalmente marcadas em calendário, e caso necessário caberá ao presidente do colegiado marcar reuniões extraordinárias. Sendo que para aprovação de matéria faz-se necessário a presença de pelo menos 50% dos componentes do colegiado.

| COLEGIADO DE CURSO | | | | | |
|------------------------------------|----------------|--------------------|---|--|----------------|
| Nome | CPF | Regime de Trabalho | Titulação | E-mail | Fone |
| Daniele Martini | 927.554.960-53 | 40h/DE | Mestrado em Ciências no Domínio da Modelagem Matemática | daniele.martini@ifc-concordia.edu.br | (49) 9800-6836 |
| Deise Nívea Reisdoefer | 023344439-48 | 40h | Mestrado em Educação | deise.reisdoefer@ifc-concordia.edu.br | (49) 3444-7869 |
| Flaviane Predebon Titon | 993.606.750-91 | 40h/DE | Mestrado em Educação em Ciências | flaviane.predebon@ifc-concordia.edu.br | (49) 9188-8516 |
| Gilmar de Oliveira Veloso | 436.716.240-00 | 40h/DE | Doutor em Engenharia Mecânica | gilmar.veloso@ifc-concordia.edu.br | (49) 3425-3094 |
| Inês Lliamar Wolf Pereira Rogovski | 584.109.709.10 | 40h | Mestre em Educação | ines.rogovski@ifc-concordia.edu.br | (49) 3442-7515 |
| Jennifer Valleriano | 017.582.480-09 | - | Acadêmica | jenni_sud@hotmail.com | |

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

| | | | | | |
|---|--------------------|--------|--------------------------------------|---|--------------------|
| Barbosa | | | | | |
| Rosane da Silva França Lubaszewski Cavasin | 015.075. 019-60 | 40h/DE | Mestre em Educação | rosane.cavasin@ifc- concordia.edu.br | (49) 3444- 5940 |
| Silvia Fernanda Souza Dalla Costa | 018.206. 869-22 | 40h/DE | Mestre em Estudos Linguísticos | silvia.costa@ifc- concordia.edu.br | (49) 9918- 4225 |

Quadro 13 – Colegiado de Curso**20. CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

| NOME | MAIOR TITULAÇÃO CONCLUÍDA (especificar curso) | CARGO/ FUNÇÃO | CARGA HORÁRIA |
|-------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------|
| | | | |
| Maria da Glória Figueiredo | Licenciatura em Educação Física | Assistente em Administração | 40h |
| Suzana Scortegagna | Bacharel em Administração | Assistente em Administração | 40h |

Quadro 14 – Titulação dos Técnicos Administrativos**21. ATIVIDADES ACADÊMICAS****21.1. Atividades Acadêmicas Complementares**

As atividades acadêmicas complementares são de livre escolha do Licenciando e, portanto, atendem necessidades de interesses específicos durante o processo de sua formação. O licenciando deverá estar apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, sócio-econômicos-ambientais e do processo de ensino aprendizagem, sendo que as atividades acadêmicas terão fundamental importância neste processo.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

As atividades curriculares complementares serão desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo normatizadas de acordo com a Resolução 48. (Anexo 2)

21.2. Atividades de Monitoria

O Curso de Matemática- Licenciatura prevê a monitoria como uma atividade de complementação e aprofundamento dos conteúdos e das ações de formação de seu aluno e seguirá as normas já existentes no Regulamento da Instituição.

A atividade de monitoria visa atender os seguintes objetivos:

I - Propiciar ao acadêmico a oportunidade de desenvolver e compartilhar suas habilidades e competências para a carreira docente nas funções de ensino;

II - Assegurar a cooperação didática entre o corpo docente e discente nas funções universitárias;

III - Oferecer aos acadêmicos oportunidades de complementação e aprofundamento de conteúdos e estratégias de ensino nas diversas disciplinas.

IV – Contribuir para a formação complementar do acadêmico.

A atividade de monitoria é exercida por acadêmico regularmente matriculado, durante o período letivo e de acordo com as normas específicas de cada modalidade citada em regulamento próprio.

Cabe ao professor da disciplina, solicitar o auxílio de monitor mediante projeto de monitoria para a respectiva disciplina a ser encaminhado ao Coordenador do Curso.

Em todas as modalidades, após o cumprimento do programa de monitoria, o monitor receberá um certificado emitido pela secretaria acadêmica do referido câmpus do Instituto Federal Catarinense se aprovado na avaliação.

O Câmpus poderá oferecer aos seus acadêmicos a modalidade de monitoria com bolsa auxílio em disciplinas já cursadas pelo acadêmico. Nesta modalidade, o acadêmico monitor recebe ajuda de custo, fixada em proposta



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE apresentada pela Direção Geral, durante o período em que estiver realizando esta atividade.

Para candidatar-se a esta modalidade o acadêmico deve: comprovar a aprovação na disciplina, com nota mínima de 7.0 (sete) através do histórico escolar; ser indicado, após selecionado em teste classificatório específico, a ser proposto e aplicado por comissão especialmente designada para este fim, segundo critérios e procedimentos estabelecidos em Edital. Caberá ao Coordenador do Curso referendar e homologar a classificação indicada pela comissão.

O programa de monitoria com bolsa auxílio, indicando o número de bolsas e respectivos valores, poderá ser proposto anualmente pela Reitoria do Instituto.

São atribuições do monitor: auxiliar o docente nas atividades didático-pedagógicas; atendimento e orientação de alunos, em períodos por ele já cursados; atender pequenos grupos em horários que não coincidam com os seus horários de aula. É importante salientar que fica evidente no regulamento que é vedado ao Monitor elaborar, aplicar ou corrigir provas, ministrar aulas como substituto ou outras funções exclusivamente docentes.

Em relação ao regime de trabalho o programa de monitoria não implica em nenhum tipo de relação empregatícia entre o aluno e a Instituição. O Monitor exerce suas atividades sob orientação de professor responsável que zelará pelo fiel cumprimento das atividades previstas. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes e será fixado no ato de designação, a carga horária compatível com as funções e atividades a serem desempenhadas. As atividades de monitoria terão no mínimo de 4 horas semanais e no máximo 20 horas semanais. As atividades do Monitor obedecem, em cada semestre, ao projeto elaborado pelo professor, aprovado pelo Coordenador do Curso nas duas modalidades.

Para divulgação e supervisão das monitorias, o edital para seleção de monitores na modalidade de bolsa auxílio em disciplinas já cursadas deverá constar obrigatoriamente: os critérios para seleção dos monitores; os planos de trabalho do programa de monitoria; os mecanismos de acompanhamento e avaliação pelo professor supervisor do trabalho do monitor; a forma de controle do encaminhamento da frequência dos monitores.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

As atividades de monitoria serão regulamentadas por meio de normatização a ser elaborada pelo IFC.

22. ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular no curso de Matemática - Licenciatura objetiva a preparação do acadêmico para a prática docente, o estágio supervisionado será desenvolvido dentro de uma perspectiva, cujo enfoque principal é a pesquisa em ensino de Matemática, integrado com a atuação docente do acadêmico. E obedecerá ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, na Lei N°. 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e no Regulamento de Estágio do Curso de Matemática – Licenciatura, conforme Anexo 3.

22.1 Operacionalização do Estágio

O estágio do curso de Matemática - Licenciatura terá carga horária de 420 horas e é parte integrante do currículo obrigatório do curso, sendo realizado a partir do quinto semestre, podendo ser realizado em turno diferente do turno de funcionamento do curso e visa assegurar o contato do aluno com situações, contextos e instituições de ensino, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais reais, servindo de experiência para um melhor exercício de sua profissão.

O estágio é uma instância privilegiada que permite a articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos e tem como propósito a inserção do futuro professor de matemática no mundo do trabalho das instituições de ensino. Neste sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- a) Complementar o ensino-aprendizagem a partir do contato com a realidade das escolas.
- b) Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção.

d) Possibilitar uma prática que integre o saber popular e o científico.

22.2 Orientação e Etapas do Estágio

O estágio da Matemática – Licenciatura será orientada por um professor do IFC, podendo ter co-orientador, e será realizado em 04 (quatro) etapas que são mais detalhadas no regulamento de estágio em anexo. Abaixo síntese das etapas:

1ª. Etapa: Estágio Supervisionado I - 60h – essas horas são distribuídas para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para o projeto de oficina, observação, em escolas de duas turmas das séries finais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio. E no mínimo ter 10 horas de planejamento e execução de oficina que deverão ser desenvolvidas no contra-turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

2ª. Etapa: Estágio Supervisionado II – 150h- Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa I solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Além da intervenção as horas são subdivididas em: horas para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, observação, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente aos anos finais do ensino fundamental.

Ao final dessa etapa o acadêmico deverá elaborar um relatório, apresentando em Seminário de Socialização.

3ª. Etapa: Estágio Supervisionado III- 60h- essas horas são distribuídas em orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para o



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

projeto de oficina, horas de observação, em escolas de duas turmas das séries finais do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio. E no mínimo 10 horas de planejamento e execução de oficina que deverão ser desenvolvidas no contra-turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.

4ª. Etapa: Estágio Supervisionado IV- 150h- Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa III solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Além da intervenção as horas são subdivididas em: horas para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, observação, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente aos anos finais do ensino médio

Ao final dessa etapa o acadêmico deverá elaborar um relatório, apresentando em Seminário de Socialização, e um artigo.

22.3 Sistema de Avaliação do Estágio-

A avaliação do Estágio configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelos professores orientadores, pelo professor da disciplina de estágio e pelo professor regente de classe da instituição concedente do estágio.

A nota final do Estágio será composta pela média aritmética da avaliação do(s) professor(es) orientador(es), do professor da disciplina de Estágio e do professor regente de classe da instituição concedente. Para obter aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0).



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PESQUISA E EXTENSÃO:

23.

A articulação dos processos de Ensino, Extensão e Pesquisa é fundamental na consolidação dos Institutos Federais. O curso de Matemática-Licenciatura pode desempenhar um papel importante na consolidação dessa articulação.

Neste sentido, o Programa para concessão de Bolsas de Iniciação Científica e de Extensão do IFC visa o desenvolvimento científico e tecnológico e à iniciação científica de estudantes, objetivando:

I. Incentivar a prática da pesquisa e da extensão, visando o desenvolvimento científico e tecnológico;

II. Contribuir para a formação de recursos humanos qualificados, aprimorando o processo de formação de profissionais para o mercado de trabalho e possibilitando o aprofundamento de conhecimentos na área do Projeto ao qual está vinculado;

III. Promover a inovação e o empreendedorismo por meio de iniciativas de estudos em áreas prioritárias indicadas por análises do mundo do trabalho, atendendo as demandas e se antecipando a elas;

IV. Possibilitar aos discentes do IFC a participação em atividades de iniciação científica e de extensão, mediante recebimento de bolsas de iniciação científica ou de extensão, conforme estabelecido no Programa para Concessão de Bolsas.

As atividades serão voltadas a programas, projetos e ações de pesquisa e extensão que visem o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e deverão ser desenvolvidas no âmbito do IFC e/ou em cooperação com os órgãos e instituições de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão.

Assim a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa a produção científica e tecnológica, estendendo seus benefícios à comunidade, tendo como objetivos:

- I - possibilitar a geração e a transformação do conhecimento;
- II - atender às necessidades e interesses da sociedade;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

III - incentivar o desenvolvimento e a consolidação dos Grupos de Pesquisa;

IV - promover a capacitação e a qualificação dos pesquisadores do IFC;

V - contribuir na melhoria da formação profissional;

VI - subsidiar o desenvolvimento de programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu;

VII - promover a geração de produtos/processos inovadores que resultem em propriedade intelectual.

Por isso, a criação de espaços interativos de articulação entre o IFC e a comunidade externa podem contribuir para a formação inicial e continuada dos acadêmicos, para a qualificação dos profissionais envolvidos, bem como, para o desenvolvimento regional.

23.1. Linhas da Pesquisa:

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do Câmpus.

Estas, por sua vez, serão definidas ao longo do processo de acordo com as necessidades dos projetos apresentados pelos docentes e discentes que farão os grupos de pesquisas que atendem as grandes áreas do CNPq tais como: matemática aplicada, processos de ensino e aprendizagem, tecnologias no ensino, interdisciplinaridade, educação científica e tecnológica.

23.2. Ações de Extensão

A extensão nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal Catarinense - IFC deve estar articulada ao ensino e à pesquisa e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. A mesma deverá ser desenvolvida por meio de programas, projetos e ações em consonância com o PDI do IFC e dos *câmpus*.

O curso de Matemática- Licenciatura desenvolverá a extensão por meio de



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regional, desencadeando programas de formação continuada, assessoria pedagógica e técnica, além de atividades eventuais de curta duração, tais como: palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas e demais eventos desta natureza.

Os princípios orientadores:

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a inserção social/regional com vistas a educação de qualidade social;
- como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Matemática- Licenciatura serão propostos e normatizados pelo NDE de curso, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

Atualmente o curso de Matemática-Licenciatura do Instituto Federal Catarinense – *Câmpus* Concórdia desenvolve atividades de extensão vinculadas a cursos de qualificação profissional (FIC), cursos de curta duração e projetos envolvendo a formação de professores.

24. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

Ao acadêmico concluinte do Curso de Matemática- Licenciatura em todas as suas etapas previstas na matriz curricular será concedido diploma com o título de **Licenciado em Matemática**.

Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE formado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso.

25. INFRAESTRUTURA

25.1. Infraestrutura Existente

Estrutura Física e Recursos Pedagógicos no *Câmpus* Concórdia

| INSTALAÇÕES | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Auditório | 01 |
| Salas de Professores | 16 |
| Salas de Aula | 20 |
| Biblioteca | 01 |
| Laboratório de Matemática | 01 |
| Laboratório de Física | 01 |
| Laboratório de Química e Bioquímica | 01 |
| Laboratório de Biologia | 01 |
| Laboratório de Solos | 01 |
| Laboratório de Informática | 02 |
| Laboratório de Microbiologia | 01 |
| Laboratório de Bromatologia | 01 |
| Laboratório de Análise Sensorial | 01 |
| Unidades Educativas de Produção (UEPS) | 12 |
| Unidade de Acompanhamento Médico/Psicológico | 01 |
| Sala de Teleconferência | 01 |
| Sala de Vídeo-Conferência | 01 |

Quadro 15 – Infraestrutura e recursos pedagógicos – *Câmpus* Concórdia

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais – SIG/DAP.

Descrição

Segue breve descrição dos Laboratórios relacionados à área de matemática do *Câmpus* Concórdia.

- **Laboratório de Matemática**

O Laboratório de Ensino de Matemática encontra-se devidamente equipado e em funcionamento. Esse espaço é ao mesmo tempo um lugar de criação e de ensino, o que dá suporte às aulas dos cursos e às atividades de extensão para grupos de professores e escolas. Possui materiais pedagógicos que enriquecem e



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

contribuem para o processo de ensino aprendizagem dos acadêmicos, e que, os permita como futuros professores oportunizar aprendizagens mais significativas. Embora já disponha de materiais como réguas, esquadros, blocos lógicos, lousa digital, mobiliário e dezenas de outros conjuntos, muitos ainda serão desenvolvidos pelos professores e alunos. Porém, mais ações no sentido de melhor equipá-lo serão necessárias, pois está se constituindo um espaço de referência para criação e aprendizagem matemática, oferecendo suporte às aulas do curso e, também, as atividades de extensão.

Nele trabalha como estagiária uma acadêmica do curso de matemática-licenciatura, que fica responsável pela organização dos materiais, e orientações ao que se procuram pelo laboratório, sendo que conjuntamente um professor do grupo de professores do curso responde pelo laboratório.

- **Laboratório de Física**

Um Laboratório de Física com 6 (seis) mesas e 48 assentos, material didático e equipamento para a realização de aulas práticas relacionadas aos conteúdos propostos nas ementas dos componentes de Física I e Física II, entre os quais destacamos, um Gerador de Van de Graaff, dois bancos ópticos com espelhos e lentes, trilho de ar, planos inclinados, banco acústico, equipamentos de hidrostática, etc.

- **Laboratório de Informática**

Dois laboratórios de informática climatizados com 30 computadores (dual core, HG 80 Gb) com acesso a internet e um equipamento de multimídia instalado fixo, em um dos laboratórios.

- **Recursos Materiais e Equipamentos existentes**

Aparelhos de TV
Aparelhos de videocassete
Aparelhos de DVD
Softwares Educativos
Microcomputadores
Impressoras
Scanner
Máquinas Fotográficas
Filmadoras
Equipamento de multimídia

Os recursos citados acima estão disponíveis na instituição. Porém pressupõe-se a reposição, manutenção e atualização constante dos meios tecnológicos e outros recursos educacionais para a execução das atividades nos respectivos



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CURSOS.

25.2. Infraestrutura a ser implantada

| | 2012 | 2013 |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Equipamentos | Quant. | Quant. |
| Impressoras multifuncional laser | 02 | - |
| Blu-ray Player | 01 | - |
| Software Maple | 24 licenças | - |
| Software Matlab | - | 24 licenças |
| Software Graphamatica | - | 24 licenças |
| Software Cabri-Geomètre | 24 licenças | - |

Quadro 16 – Infraestrutura e recursos pedagógicos a serem implantados

25.3. Biblioteca

A Biblioteca Prof. Armando Rodrigues de Oliveira atende aos usuários do IF Catarinense, Câmpus Concórdia, bem como as demais pessoas interessadas em pesquisa na mesma, ininterruptamente das 7h30 às 22h, de segunda a sexta feira e aos sábados pela manhã.

Estruturada em um prédio, com 515m², dividido em vários ambientes: coleção, auditório, sala de estudos individual ou em grupos, banheiros, atendimento e sala de administração. Possui rede de internet wireless.

Possui acervo de todas as áreas do conhecimento, com grande coleção nas áreas de agricultura, pecuária, veterinária, alimentos, matemática, física e educação. Possui livros, folhetos, periódicos, literatura cinzenta, etc... sendo organizada segundo a CDD – Classificação Decimal de Dewey, utilizando o software livre Gnuteca para administração, processamento técnico e empréstimos. Atualmente está sendo implementado a instalação do software Pergamum e possui sistema de empréstimo inter-bibliotecas entre os diversos *campi* do Instituto.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O acervo de material bibliográfico disponível na Biblioteca Central, por área, autor e título são 19766 títulos de livros, totalizando 27703 exemplares.

| ÁREA | Nº. DE OBRAS | Nº. DE EXEMPLARES |
|----------------------------------|--------------|-------------------|
| Filosofia | 63 | 79 |
| Engenharia | 156 | 179 |
| Formação de professores | 659 | 797 |
| Matemática e Educação Matemática | 477 | 1539 |
| Física | 288 | 592 |
| Português | 98 | 130 |
| Sociologia | 165 | 198 |
| Química | 364 | 612 |
| Estatística | 33 | 120 |

Quadro 17– Material bibliográfico disponível na biblioteca

| Acervo da Biblioteca – Totais | | |
|-------------------------------|---------|------------|
| Tipo de Material | Títulos | Exemplares |
| Braile | - | - |
| Cartazes | - | - |
| Catálogos | - | - |
| CD-roms | 148 | 148 |
| Dissertações | 51 | 52 |
| Disquete | - | - |
| Folhetos | 2884 | 2884 |
| Gravação de Som | - | - |
| Gravação de vídeo | 511 | 511 |
| Literatura | 1830 | 2706 |
| Livros | 19766 | 27703 |
| Mapas | - | - |
| Monografia | 4 | 4 |
| Música | - | - |
| Normas | - | - |
| Periódicos | 52 | 265 |
| Recortes | - | - |
| Slides | - | - |
| Teses | 27 | 31 |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | | |
|----------------|---|---|
| Transparências | - | - |
|----------------|---|---|

Quadro 18 – Acervo total da Biblioteca

26. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto é o resultado da construção coletiva no que se refere às dimensões que fundamentam a educação, a política e a pedagogia, de um determinado período histórico. Neste sentido, se pensou o político e o pedagógico sempre interligados dialeticamente, com vistas a uma educação que reflita as condições em que vivem os atores do processo educativo, do curso de Matemática-Licenciatura, e a partir disto possibilitando a melhoria das condições sociais da comunidade onde se insere o curso. Por fim, salienta-se que este projeto não está pronto e acabado, já que o mesmo reflete o início do curso. Assim, novas mudanças poderão acontecer ao longo do processo, pois o saber é um fazer cotidiano que é sempre dinâmico, provisório e inconcluso.

27. REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I. Professor-investigador: Que sentido? Que formação? In: B. P. Campos (Ed). **Formação profissional de professores no ensino superior** (Vol.1, pp. 21-31). Porto: Porto Editora. 2001.

BRASIL. **Decreto-lei no 73/99/M**. Publicada no BO nº 44/1999 em 1 de novembro de 1999, p. 4684. < <http://bo.io.gov.mo/bo/i/99/44/declei73.asp>> acesso em 02/07/2008.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da **educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf, acessado em 13-06-2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. 6.ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

CANDAU, Vera Maria & LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995. p. 49-63.

FIORENTINI, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil**. In: Ver. Zetetiké. 3(4): 1-37. Campinas, CEMPEM/FE – UNICAMP, 1995.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional-PDI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, maio 2009.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, maio 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CÂMPUS RIO DO SUL - SC. **Organização didática da EAFRS**. Rio do Sul, SC: 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE CÂMPUS RIO DO SUL - SC. **Regulamentação de estágio do Instituto Federal Catarinense, câmpus Rio do Sul**. Rio do Sul, SC: 2009.

LOPES, Alice C. **Políticas de Currículo: Mediação por Grupos Disciplinares de Ensino de Ciências e Matemática**. In LOPES & MACEDO (orgs) Currículo de Ciências em Debate. Campinas-SP: Papirus, 2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIRES, C.M.C. **Reflexões sobre os cursos de Matemática, tomando como referência as orientações propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica**. Educação Matemática em Revista, São Paulo, SBEM, v. 11A, p. 44-56, abril, 2002.

PONTE, João P. da. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Autêntica, Belo Horizonte,



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Revista da** Universidade Federal de Minas Gerais. Ano 3 - nº. 7 - Julho de 2005 - Edição Vestibular.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo Ed.Paz e Terra. 1977.

29. ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ANEXO 1

EMENTÁRIO e REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATEMÁTICA – LICENCIATURA

IFC – CÂMPUS CONCÓRDIA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

O desenvolvimento das aulas, disciplinas e avaliação deverá contar com metodologias diversificadas (projetos, modelagem, modelação, resolução de problemas, jogos, oficinas, seminários, história da matemática e materiais didáticos pedagógicos); além da utilização do laboratório de matemática e de softwares.

1° Semestre

Matemática Fundamental I - 90h

Ementa: Revisão de conceitos matemáticos do Ensino Fundamental e Médio. Conjuntos numéricos. Relações. Funções elementares. Trigonometria.

Bibliografia Básica

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar:** Conjuntos e Funções. São Paulo: Atual, 1999. v. 1.

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar:** Trigonometria. São Paulo: Atual, 2000. v.3.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos da Matemática Elementar:** logaritmos. São Paulo: Atual, 1996.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard. **Cálculo: um novo horizonte.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

BOULOS, Paulo. **Introdução ao cálculo.** 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1988.

FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo A:** funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Curso de cálculo.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. Vol. 1.

LIMA, E. L. **Logaritmos.** Rio de Janeiro: SBM, 1999. (Coleção do Professor de Matemática).

BOYER, Carl B. **História da matemática.** 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1996.

Metodologia científica - 30h

Ementa: O método científico. Natureza e construção do conhecimento científico em suas diferentes formas e processos. Normas da ANBT. Normatização de trabalhos científicos. Uso de recursos digitais e audiovisuais. Elaboração de Projetos de Pesquisa.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M. (Org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

professores. 5.ed. Campinas: Papirus, 2006.

FURASTE, Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. Porto Alegre: Isasul, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, M.M. **Como apresentar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação - numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação - sumário - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação - resumo - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719**: Informação e documentação relatório técnico e/ou científico apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação - citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação - projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15437**: informação e documentação - pôsteres técnicos e científicos - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****História da Educação - 60h**

Ementa: A educação nas diversas épocas. O contexto histórico-social, político e econômico da educação brasileira. A história da escola no contexto histórico brasileiro.

Bibliografia Básica

ARANHA, M.L.A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2008.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

HIRALDELLI JUNIOR, P. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Eliane T. e outros, (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MONROE, P. **História da Educação**. 14. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

OLIVEIRA, A. de Almeida. **Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VIEIRA, Sofia L. **Neo-liberalismo, privatização e educação no Brasil**. In: OLIVEIRA, R. P. (org.). **Política educacional: impasses e perspectivas**. S. Paulo: Cortez, 1995.

Leitura e Produção de Textos - 60h

Ementa: O padrão culto da língua portuguesa. Análise e Interpretação de textos. Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Produção textual: os gêneros textuais acadêmicos -Resenha crítica – artigo científico – ensaio - resumo. (prática como componente curricular).

Bibliografia Básica

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990

NADÓLSKIS, Hêndricas. **Comunicação redacional atualizada**. 10a ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

ANTUNES, I. **Aula de Português: Encontro & interação.** São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.

BIASI-RODRIGUES, B. **Aspectos cognitivos e retóricos da produção de resumos.** In. CABRAL, L. G.; MORAIS, J. (orgs). **Investigando a linguagem: ensaios em homenagem a Leonor Scliar- Cabral.** Florianópolis: Mulheres, 1999. pp. 245-258.

CAMPADELLI, S. Y.; SOUZA, J. B.. **Produção de textos e usos da linguagem.** São Paulo: Saraiva, 1998.

CUNHA, C. F. da. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIONISIO, Â. P.; BEZERRA, M. A.; MACHADO, A. R. **Gêneros textuais & ensino.** 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerda, 2003.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O diabo dos números: um livro de cabeceira para todos aqueles que têm medo de matemática.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1997.

Geometria Plana - 60h

Ementa: Pontos, retas e ângulos. Instrumentos e desenho. Triângulos semelhantes. Funções trigonométricas de ângulos. Círculos. Lugares geométricos. Decomposição de regiões poligonais.

Bibliografia Básica

BARBOSA, J. L. M. **Geometria euclidiana plana.** Coleção Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2005.

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar: geometria plana.** 8ª ed. Vol.9. São Paulo: Atual, 2005.

WAGNER, E. **Construções Geométricas.** Coleção Professor de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 2005.

Bibliografia Complementar

BOYER, C.B. **História da matemática.** São Paulo: Edgar Blucher, 1996.

RICH, B.; **Geometria.** Coleção Schaum. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

EVES, H. **Tópicos de história da matemática: geometria.** São Paulo: Atual, 1993.

GERÔNIMO, J. R.; FRANCO, V. S. **Geometria plana e espacial: um estudo axiomático.** 2ª ed. Maringá: EDUEM, 2010.

LIMA, E. L. **Medida e forma em geometria.** Rio de Janeiro: SBM, 1991.

REZENDE, E. Q. F.; BONTORIN Q. M. L. **Geometria euclidiana plana e construções geométricas.** Campinas: UNICAMP, 2000.

TINOCO, L. **Geometria plana por meio da resolução de exercícios.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****2º Semestre****Matemática Fundamental II - 60h**

Ementa: Progressões aritméticas e geométricas. Números complexos. Polinômios e equações Algébricas. Análise combinatória.

Bibliografia Básica

ÁVILA, G. **Variáveis complexas e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

HAZZAN, S. **Combinatória e Probabilidade**. Fundamentos de Matemática Elementar. 5, ed. São Paulo: Atual, 1993.

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar**. São Paulo: Atual, 1977. v. 6.

Bibliografia Complementar

CHURCHILL, Ruel V.. **Variáveis Complexas e suas Aplicações**. São Paulo: MCGRAW-HILL do Brasil, 1975.

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar**. São Paulo: Atual, 1977. v. 4.

MORGADO, A. C. O., CARVALHO, J. B. P., CARVALHO, P. C. P. e FERNANDEZ, P. **Análise Combinatória e Probabilidade**. Rio de Janeiro: SBM, 1991. (Coleção do Professor de Matemática)

SPIEGEL, M. R.. **Variáveis complexas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, [1972].

TROTTA, Fernando. **Matemática por assunto: progressão aritmética, progressão geométrica e logaritmos**. São Paulo: Scipione, 1988. v.2.

TROTTA, Fernando. **Matemática por assunto: análise combinatória, probabilidades e estatística**. São Paulo (SP): Scipione, 1988.v.4.

Lógica Básica - 30h

Ementa: Cálculo proposicional. Cálculo de predicados. Tabelas-verdades.

Bibliografia Básica

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação a lógica matemática**. Sao Paulo: Nobel, 2009. 203p .

DAGHLIAN, Jacob. **Lógica e álgebra de Boole**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 167p.

GERSTING, Judith L. **Fundamentos matemáticos para a ciência da computação: um tratamento moderno de matemática discreta** . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 597 p.

Bibliografia Complementar

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Elementos de álgebra abstrata**. São Paulo: Nobel, 1978.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo lógica**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DIENES, Z P.; GOLDING, E. W. **Lógica e jogos lógicos**. 3.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1973.

SHIMIZU, Tamio. **Introdução a ciência da computação**. São Paulo, SP: Atlas, 1985. 364 p.

Informática Básica - 60h

Ementa: Estrutura de computadores. Introdução aos sistemas operacionais. Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas e Banco de dados. Construção de algoritmos para computação algébrica e computação numérica. Elaboração de procedimentos e/ou programas na construção de objetos de aprendizagem de Matemática no ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e informática: os computadores na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez; 2009.

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam Godoy. **Informática e educação matemática**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009. 176 p.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Luis Claudio Lopes de. **Aprendendo matemática com o Geogebra**. São Paulo. Editora Exato, 2010.

CLAÚDIO, D, M. et al. **Fundamentos da Matemática Computacional**. Porto Alegre: Luzzatto, 1987.

COEMEM, T, H., **Algoritmos e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

DIAS, S, V. **Introdução à Programação de Computadores**. Rio de Janeiro: Câmpus, [1982?].

DUARTE, M. da G. O. **Cálculo e álgebra linear com derive**. Florianópolis: UFSC, 1995.

GILAT, A. **Matlab com Aplicação em Engenharia**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2006.

MANZANO, J. G. **Algoritmos: lógica para o desenvolvimento de programação**. São Paulo: Érica, 2001

MANZANO, J, N. G. **Programação de Computadores**. São Paulo: Erica, 2003.

RUGGIERO, Márcia A. G. **Cálculo Numérico: aspectos teóricos e computacionais**. São Paulo: MARKRON Books, 1996.

TERADA, R.; SETZER, V. W, **Introdução a Computação e a Construção de Algoritmos**. São Paulo: Makron Books, 1992.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

TOSI, A. J. **Matemática financeira com utilização do Excel 2000**. São Paulo: Atlas, 2000.

VELLOSO, F, de C. **Informática - conceitos básicos**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2002.

VENANCIO, C. F. **Desenvolvimento de algoritmos: uma nova abordagem**. São Paulo: Érica, 2001.

Geometria Espacial - 60h

Ementa: Representação plana de objetos tridimensionais. Posição relativa de planos e retas. Sólidos geométricos. Softwares relacionados ao ensino de geometria.

Bibliografia Básica

CARVALHO, P. C. P. **Introdução à geometria espacial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: SBM, 2002.

DOLCE, O.; POMPEO, J. N. **Fundamentos de matemática elementar: geometria espacial posição e métrica**. 6ª ed. Vol.10. São Paulo: Atual, 2005.

LIMA, E. L., **Áreas e Volumes**. Coleção Fundamentos da Matemática Elementar. SBM, Rio de Janeiro, 1985.

Bibliografia Complementar

BOYER, C.B. **História da matemática**. São Paulo: Edgar Blucher, 1996.

GERÔNIMO, J. R.; FRANCO, V. S. **Geometria plana e espacial: um estudo axiomático**. 2ª ed. Maringá: EDUEM, 2010.

Teorias Educacionais e Curriculares - 60h

Ementa: Teorias educacionais e curriculares e suas relações com as práticas pedagógicas. Correntes pedagógicas e curriculares. Currículo à luz das diferentes concepções curriculares. Novos paradigmas teóricos e curriculares.

Bibliografia Básica

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo. EPU, 1999.

Bibliografia Complementar

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRANDES PENSADORES. São Paulo; Abril, n. 19, julho de 2008.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

LOPES, A, C. e MACEDO, E. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Série cultura, memória e currículo). v. 2.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

Educação e Mundo do Trabalho - 30h

Ementa: As inter-relações entre Educação e Trabalho. Trabalho e produção capitalista. Educação e crise. Os movimentos sociais. O rural e o urbano no campo educacional. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HAECHT, A. V. **Sociologia da educação: a escola posta à prova**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Unesp, 2000.

3º Semestre**Cálculo I - 60h**

Ementa: Limite e Continuidade de Funções. Derivada. Aplicações.

Bibliografia Básica

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A: funções, limite, derivação e integração**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GUIDORIZZI, H. **Um curso de cálculo**. 5ª ed. São Paulo: LTC, 2008. Vol. 1.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 1 e 2.

Bibliografia Complementar

ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. **Cálculo**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. Vol. 1.

BOYER, C. B. **Cálculo. Tópicos de História da Matemática para uso em Sala de**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

Aula. São Paulo: Atual, 1992. v. 6.

BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. São Paulo: Makron Books, 2000. Vol. 1 e 2.

STEWART, J. **Cálculo**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. v. 1 e 2.

THOMAS, G. B. Cálculo. 11ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009. Vol. 1 e 2.

Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Formação e da Atuação Docente - 60h

Ementa: Os processos informal e/ou assistemático e formal e/ou sistemático da educação. Bases epistemológicas da formação docente. A didática na formação do professor. Construção didático-pedagógica do conhecimento nos diversos contextos de ensino. O docente como profissional e sujeito da educação. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). **Didática: o ensino e suas relações**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

ZABALA, Antoni; ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. São Paulo: ARTMED, 1998.

Bibliografia Complementar

AZANHA, J. M. P. **Parâmetros Curriculares Nacionais e Autonomia da Escola**. São Paulo, s/d.(mimeo).

BICUDO, M. A. V. et al. **Formação do educador e avaliação educacional – avaliação institucional, ensino e aprendizagem**. São Paulo: UNESP, 1999. (Seminários & Debates) v. 4.

BONTEMPO, L. **Os alunos investigadores**. Belo Horizonte: AMAE-EDUCANDO, n. 270, 1997.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2004 119 p. (Coleção magisterio 2. grau. Serie formação do professor).

DOLL, J.; ROSA, R. T. D. da. **Metodologia do ensino em foco: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HERNANDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação – projetos de estudos**. Porto Alegre: Artes Médica, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2000.

MENESES, J. G. C.; BATISTA, S. H.S. **Revisitando a prática docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação**. São Paulo: Pioneira Thomson



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Learning, 2003. Revista Nova Escola.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora Ltda, 1992.

PIMENTA, S. G. (org.) **SABERES pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez 2009.

Física I - 60h

Ementa: Mecânica. Hidrostática. Hidrodinâmica. Termodinâmica.

Bibliografia Básica

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

NUSSENZVEIG, M. H. **Curso de Física Básica**. Edgard Blücher Ltda, 4 ed., 2002. v.1 e v. 2.

RESNICK, R. HALLIDAY, D., WALKER, J. **Fundamentos da Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. v. 1 e v.2.

Bibliografia Complementar

ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. **Curso de Física**. São Paulo: Scipione, 2000. v. 1 e v. 2.

TIPLER, P.A. **Física**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981.

HEWITT, P. G. **Fundamentos de Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Geometria Analítica - 60h

Ementa: Noções de vetores no R^2 e R^3 . Estudo da reta no plano e no espaço. Estudo do plano. Posição relativa de retas e planos. Cônicas.

Bibliografia Básica

ANTON, H. **Álgebra Linear com Aplicações**. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. **Geometria analítica: um tratamento vetorial**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

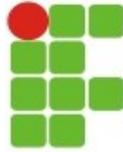
WINTERLE, P. Vetores e Geometria Analítica. Makron Books, São Paulo, 2000.

Bibliografia Complementar

IEZZI, G. **Fundamentos da Matemática Elementar – geometria analítica**. São Paulo: Atual, 1993.

MACHADO, Antonio dos Santos. **Álgebra linear e geometria analítica**. 2. ed. São Paulo, SP: Atual, 1982.

LIMA, Elon Lages. **Coordenadas no plano: geometria analítica, vetores e transformações geométricas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2002.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

STEINBRUCH, A. **Geometria Analítica Plana**. São Paulo: Editora McGraw-Hill Ltda, 1991.

Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem - 60h

Ementa: Escolas Clássicas em Psicologia e a relação com ensino e aprendizagem. Inter-relação entre a Psicologia e a Educação. Processo psicológico de aprendizagem e inter-relação com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. O desenvolvimento humano e as características individuais no processo de Aprendizagem. Teorias da aprendizagem e relações com as concepções de desenvolvimento. (prática como componente curricular).

Bibliografia Básica

PIAGET, J. **Percepção, aprendizagem e empirismo**. In Problemas de Psicologia Genética. São Paulo: Abril, 1983. (coleção Os Pensadores).

VIGOTSKY, L.S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988.

MOLL, L.C. (Org.). Vigotsky e a educação: **Implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

Bibliografia Complementar

BERGER, K. S. **O desenvolvimento da pessoa da infância à terceira idade**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

MOREIRA, Marco Antônio. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo. EPU, 1999.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

COUTINHO, M. T. C. **Psicologia da Educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação, ênfase na abordagem construtivista**. Belo Horizonte: Lê. 1999.

FERREIRO, E. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artes Médica, 2001.

FLAVEL, J.H.; MILLER, P.H. ;MILLER, S. A. **Desenvolvimento cognitivo**. 3.ed. Tradução: Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999

HILGARD, E. **Teorias da Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1973.

REGO, Tereza Cristina. **Vigotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****Física II - 60h**

Ementa: Eletricidade. Magnetismo. Ótica.

Bibliografia Básica

GONÇALVES E T. **Física e realidade**. São Paulo: Scipione, 1997. v. 3.

HEWITT, P. G. **Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

TIPLER, P. A.; M, G. **Física – Para cientistas e engenheiros**. LTC, 2006. v. 3.

Bibliografia Complementar

ALVARENGA, B. MÁXIMO, A. **Curso de Física**. São Paulo: Scipione, 2011. v. 2 e v.3.

GASPAR, A. **Física: Eletricidade**. São Paulo: Ática, 2000.

HEWITT, P. G. **Fundamentos de Física Conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de Física Básica – Eletromagnetismo**. Edgard Blucher, 1997. v. 3.

YOUNG, H. D., FREEDMAN, R. A. **Física III: Eletromagnetismo**. São Paulo: Addison Wesley, 2008.

YOUNG, H. D., FREEDMAN, R. A. **Física IV: Ótica e Física Moderna**. São Paulo: Addison Wesley, 2008.

RESNICK, R. HALLIDAY, D., WALKER, J. **Fundamentos da Física**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. v. 3 e v. 4.

Álgebra linear I - 60h

Ementa: Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Introdução a Programação Linear. Espaços Vetoriais.

Bibliografia Básica

ANTON, H.; RORRES, C. **Álgebra linear com aplicações**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

BOLDRINI, J. L. e outros. **Álgebra linear**. São Paulo: Harbra, 1980.

LEON, S. J. **Álgebra linear com aplicações**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

Bibliografia Complementar

ANTON, H.; BUSBY, R. C. **Álgebra linear contemporânea**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

GOLDBARG, M. C.; LUNA, H. P. L. **Otimização combinatória e programação linear**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IEZZI, G. **Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes,**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

determinantes e sistemas. Vol. 4, 7ª ed. São Paulo: Atual, 2004.

LAY, D.C. **Álgebra Linear e suas aplicações**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

LINS, M. P. E.; CALÔBA, G. M. **Programação linear**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

LIPSCHUTZ, S.; LIPSON, M. **Álgebra linear**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

KOLMAN, B.; HILL, D. R. **Introdução à álgebra linear com aplicações**. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006

PASSOS, E. J. P. F. **Programação linear como instrumento da pesquisa operacional**. São Paulo: Atlas, 2008.

POOLE, D., **Álgebra Linear**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. **Álgebra linear**. 2ª ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1987.

Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica I - 60h

Ementa: Aspectos de conteúdos e metodologias para o ensino de matemática nas séries finais do ensino fundamental. Resolução de problemas, Etnomatemática, História da Matemática, Modelagem Matemática, Jogos, Informática, Investigação. Propostas curriculares para o ensino de Matemática. Parâmetros Curriculares Nacionais, Propostas Curriculares Estaduais e livros didáticos. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

BASSANEZI, Rodney Carlos; D'AMBROSIO, Ubiratan. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

BICUDO, M A. V.; BORBA, M de C (org.). **Educação matemática: pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

D'AMBRÓSIO, U. **Da realidade à ação**. São Paulo: Papirus, 1986.

Bibliografia complementar

BARBOSA, Jonei Cerqueira (org). **Modelagem matemática na educação matemática brasileira**. Recife. SBEM, 2007.

BICUDO, M A. V. (org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999

BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. **Modelagem Matemática no Ensino** – Editora Contexto, 2007.

D'Ambrosio, Ubiratan. **Etnomatemática**. Autentica 2001.

D'Ambrosio, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. 4 ed. São Paulo. Papirus, 1996.

POLYA, George. **A arte de resolver problemas**. Editora Interciências.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

PONTE, João Pedro da. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patrícia. **Resolução de Problemas**. Coleção de Matemática de 0 a 6. Vol. 2 Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SKVSMOSE, O. **Educação matemática crítica**. São Paulo: Papyrus, 2001. (Coleção Perspectivas em Educação Matemática).

WOOD, David. **Como as crianças pensam e aprendem: os contextos sociais do desenvolvimento cognitivo**. São Paulo: Loyola, 2003.

Avaliação – 45h

Ementa: Avaliação e suas formas. Avaliação como parte integrante do plano de ensino e de aula. Avaliação à luz das tendências em Educação Matemática.

Bibliografia Básica

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 1991.

LUCKESI, C C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RAPHAEL, S. KESTER C (orgs.). **Avaliação sob exame**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar

BARLOW, M. **Avaliação Escolar: Mitos e Realidades**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: E.P.U., 1989.

GAMA, Z.J. **Avaliação na Escola de 2º Grau**. Campinas: Papyrus, 1993

GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HOFFMANN, J. **Avaliação: Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUDKE, M. & MEDIANO, Z. (org.) **Avaliação na escola de 1º Grau**. Campinas: Papyrus, 1994.

PILETTI, C. **Didática Geral**. 23 ed. São Paulo: Ática, 2006.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, C.P. (org.) **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papyrus, 1994.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

VASCONCELLOS, C dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

Concepções em Educação Matemática - 30h

Ementa: A Matemática e a Educação Matemática enquanto áreas de conhecimento. A Educação Matemática no Brasil. Pesquisas brasileiras em Educação Matemática.

Bibliografia Básica

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009. 111 p. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

MACHADO, S. D. A. **Educação Matemática** – uma introdução. São Paulo: PUC, 1999.

MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Ângela. **História na educação matemática**: propostas e desafios . Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 198 p .

Bibliografia Complementar

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Filosofia da educação matemática: fenomenologia, concepções, possibilidades didático-pedagógicas**. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. **Educação matemática: pesquisa em movimento** . 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FIorentini, D. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da Matemática no Brasil**. Zetetiké, Ano 3, n°4, novembro de 1995.

GARNICA, A. V. M. Filosofia da Educação Matemática: algumas ressignificações e uma proposta de pesquisa. In: **Pesquisa em Educação Matemática: concepções & perspectivas**. Org.: Maria Aparecida V. Bicudo. São Paulo: UNESP, 1999.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez, 1999.

Cálculo II - 60h

Ementa: Integrais: definição e propriedades das integrais indefinidas. Regras de integração. Técnicas de integração. Integrais impróprias. Integral definida. Aplicações da integral.

Bibliografia Básica

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A**: funções, limite, derivação e integração. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GUIDORIZZI, H. **Um curso de cálculo**. 5ª ed. São Paulo: LTC, 2008. Vol. 1 e 2.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

STEWART, J. **Cálculo**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Vol. 1 e 2

Bibliografia Complementar

ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. **Cálculo**. 8ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. Vol. 1 e 2.

BOYER, C. B. **Cálculo**: Tópicos de História da Matemática para uso em Sala de Aula: São Paulo: Atual, 1992. v. 6.

BOULOS, P. **Cálculo diferencial e integral**. São Paulo: Makron Books, 2000. Vol. 1 e 2

DE MAIO, Waldemar. **Cálculo e análise**: cálculo diferencial e integral a uma variável. Rio de Janeiro: LTC, 2007. xii, 290 p. (Fundamentos de matemática) ISBN 9788521615460 (broch.).

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 1 e 2.

SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

THOMAS, G. B. **Cálculo**. 11ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009. Vol. 1 e 2.

5º Semestre

Metodologia do Ensino de Matemática na Educação Básica II - 60h

Ementa: Aspectos de conteúdos e metodologias para o ensino de matemática no Ensino Médio (acadêmico e técnico-profissionalizante) e na Educação de Jovens e Adultos. Resolução de problemas, Etnomatemática, História da Matemática, Modelagem Matemática, Jogos, Informática, Investigação. Propostas curriculares para o ensino de Matemática. Parâmetros Curriculares Nacionais, Propostas Curriculares Estaduais e livros didáticos. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

ANDRÉ, M.; LÜDKE, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PAIS, L. C. **Didática da Matemática**: uma análise da influência francesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSA N, E. **Didática da Matemática**. São Paulo: Ática, 1998.

Bibliografia Complementar

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação**: reflexos sobre Educação Matemática. Campinas: UNICAMP, 1986.

FIORENTINI, D. **Teses e dissertações de mestrado ou doutorado, relativas à Educação Matemática, produzidas/defendidas no Brasil de 1991 a 1995**. Revista Zetetike, Campinas: ano 3, n.4, 1995, p.103-116.

PIAGET, J. **A Iniciação à Matemática**. A Matemática Moderna e a Psicologia da Criança. São Paulo, 1998.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Cálculo III - 60h

Ementa: Funções de várias variáveis. Derivadas parciais. Gradiente. Máximos e mínimos. Integrais Múltiplas.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Mírian Buss; FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo B:** funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Curso de cálculo.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. Vol 2 e 3.

KAPLAN, Wilfred. **Calculo avançado.** 11 reimp. 2010. Sao Paulo: Editora Edgard Blucher: 1972. 2v.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. **Cálculo.** 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 2 v.

BOULOS, Paulo. **Cálculo diferencial e integral.** São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica.** São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 2.

Álgebra Linear II - 60h

Ementa: Transformações Lineares. Autovalores e Autovetores. Diagonalização de Operadores. Mínimos Quadrados. Quádricas.

Bibliografia Básica

ANTON, Howard; RORRES, Chris. **Álgebra linear com aplicações.** 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOLDRINI, José Luiz; COSTA, Sueli I. R; FIGUEIREDO, Vera Lucia; WETZLER, Henry G. **Álgebra linear.** 3. ed. ampl. e rev. São Paulo: Harbra, 1980.

POOLE, David; MONTEIRO, Martha Salerno. **Algebra linear.** Sao Paulo: Cenage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard; BUSBY, Robert C. **Álgebra linear contemporânea.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

CALLIOLI, Carlos A; COSTA, Roberto C. F; DOMINGUES, Hygino H. **Álgebra linear e aplicações.** 7. ed. São Paulo, SP: Atual, 1990.

HOFFMANN, K. **Álgebra Linear.** São Paulo: Polígono, 1970.

LEON, Steven J. **Álgebra linear com aplicações.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed.,

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

2008.

MACHADO, Antonio dos Santos. **Álgebra linear e geometria analítica**. 2. ed. São Paulo, SP: Atual, 1982.

NOBLE, B. D. J. **Álgebra Linear Aplicada**. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1986.

STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. **Algebra linear**. 2. ed. São Paulo (SP): McGraw-Hill, Pearson Makron Books, 1987.

Laboratório de prática de ensino-aprendizagem I - 60h

Ementa: Produção de recursos didáticos: criação, experimentação. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática nas séries finais do ensino fundamental. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M.S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOYSÉS, Lúcia. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

Bibliografia Complementar

BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. **Sistemas de numeração ao longo da história**. São Paulo: Moderna, 1997.

CONTADOR, Paulo Roberto Martins. **Matemática: uma breve história** . 3. ed. São Paulo, SP: Livraria da Física, 2008. 3 v

DAMAZIO, A. **A prática docente do professor de matemática. Pedagogia que fundamenta o planejamento e a execução do ensino**. Florianópolis: UFSC, 199.

GUELLI, O. **Contando a História da Matemática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1998.

IMENES, L. M. **Descobrimos o teorema de Pitágoras**. São Paulo: Scipione, 1996.

LIMA, E. I. **Exame de Textos: Análise de Livros de Matemática para o Ensino Médio**. Rio de Janeiro: IMPA, 2001.

MACHADO, N. J. **Semelhança não é mera coincidência**. Vivendo a matemática. São Paulo: Scipione, 1997.

MARTINS, P. L. O. **A didática e as contradições da prática**. São Paulo: Papyrus, 1998.

MOYSES, L. **Aplicação de Vygotski à Educação matemática**. 3.ed. Campinas: Papyrus, 2001.

VITTI, C. M. **Matemática com prazer**. A partir de história e da geometria. Piracicaba: UNIMEP, 1995.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

VYGOTSKY, L.S. et al. **Psicologia e Pedagogia II**. Lisboa: Estampa, 1991.

ZOBOLI, G. **Práticas do ensino**: Subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 1990.

Estágio Supervisionado I - 60h

Ementa: Observação em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2010. 128p.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. 296p.

Bibliografia complementar

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante**: O saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 205p.

ENGUITA, M. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRONZA, K.R. K. **Vivência escolar**: elementos norteadores. Rio do Sul: IFC, 2009.

MARTINS, J.S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, obreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2001.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****6° Semestre****Cálculo IV - 60h**

Ementa: Sequências. Séries numéricas e de funções. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Transformações. Integração de funções de várias variáveis.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, Mirian Buss; FLEMMING, Diva Marília. **Cálculo B:** funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. **Curso de cálculo.** 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. Vol.3.

MATOS, M. P. **Séries e equações diferenciais.** São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2001.

Bibliografia Complementar

ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. **Cálculo.** 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. v 2.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica.** São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. v. 2.

THOMAS, G. B. **Cálculo.** 11ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2009. Vol. 1 e 2.

SWOKOWSKI, E. W. **Cálculo com geometria analítica.** São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

Equações Diferenciais Ordinárias - 60h

Ementa: Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações diferenciais de 2ª ordem. Sistemas de equações.

Bibliografia Básica

BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard C. **Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno.** 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. \ SIMMONS, George Finlay; KRANTZ, Steven G. **Equações diferenciais:** teoria, técnica e prática . São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ZILL, Dennis G. **Equações diferenciais com aplicações em modelagem.** São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Bibliografia Complementar

BASSANEZI, R. C. **Ensino-aprendizagem com modelagem matemática:** uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2002.

BRONSON, Richard; COSTA, Gabriel B. **Equações diferenciais.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008. 400 p. (Coleção Schaum) ISBN 9788577801831

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

(broch.).

DIACU, Florin. **Introdução a equações diferenciais: teoria e aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

OLIVEIRA, E. C.; MAIORINO, J. E. **Introdução aos métodos da matemática aplicada**. São Paulo: UNICAMP, 2003.

Educação Inclusiva - 60h

Ementa: As políticas públicas em inclusão e exclusão sociais e educacionais. Delimitações conceituais da Educação Especial. O movimento da Escola Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais. Adaptação curricular. Recursos de acessibilidade em sala de aula. Recursos, técnicas e tecnologias para o ensino da matemática (prática como componente curricular).

Bibliografia Básica

COLL, Cesar et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: 3. transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3v.

FELIPPE, João Alvaro de Moraes ((elab.)); MOTA, Maria da Gloria Batista ((col.)).

Caminhando juntos: manual de habilidades básicas de orientação e mobilidade. Brasília : DF: MEC, SEESP, 2004.

PACHECO, José; EGGERTSDÓTTIR, Rosa; MARINÓSSON, Gretar L. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. São Paulo: Artmed, 2007.

Bibliografia Complementar

GONZÁLES, J.A.T. **Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução por Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BATISTA, R. (Org.). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa/Portugal: Dina livros, 1997

BRITO, L F. **A Integração Social dos Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1978.

CARVALHO, R.E. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORREIA, L. de M. (org.). **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Portugal: Porto, 1999.

CARVALHO, R. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997

GONZÁLES, J.A.T. **Educação e Diversidade: bases didáticas e organizativas**. Tradução por Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

MITTLER, Peter J. **Educação inclusiva**: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**: Contextos sociais. Tradução por Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Pesquisa em Educação - 60h

Ementa: Ciência e conhecimento. Atitude e pesquisa em educação. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

COSTA, Marisa Vorraber ((org.)). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003. v.1.

COSTA, M. V. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

Estágio Supervisionado II - 150h

Ementa: Conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação. Estágio de pré-docência: atividades de pré-docência nas séries finais do ensino fundamental. Elaboração do relatório final. Seminário de Socialização.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

BIEMBENGUT, M. S.; SILVA, V. C. **Ornamentos versus criatividade**: uma alternativa para ensinar geometria plana e simetria. A Educação Matemática em revista-SBEM, 1995.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante**: O saber da partilha. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

ENQUITA, M. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRONZA, K.R. K. **Vivência escolar: elementos norteadores**. Rio do Sul: IFC, 2009.\

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2001.

7º Semestre**Sociologia da Educação - 30h**

Ementa: A construção do pensamento sociológico. Olhar sociológico sobre a escola. O lugar da escola na modernidade e na contemporaneidade. A Escola: dinâmicas, atores, processos e contextos. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 251p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 2010. 275p.

GIMENO SACRISTÁN, José. **A educação que ainda é possível**: ensaios sobre uma cultura para a educação . Porto Alegre: Artmed, 2007. 198 p.

Bibliografia Complementar

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESTEVES, A. J. **A sociologia da educação na formação de professores**. In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. **A Sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 92p.

RESENDE, J.M.; VIEIRA, M.M. **A desconstrução de uma prática**: do saber ao fazer em Sociologia da Educação. In: Fórum Sociológico, 1993.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Laboratório de prática de ensino-aprendizagem II – 60h

Ementa: Produção de recursos didáticos: criação, experimentação. Produção de ensaios teóricos sobre o ensino da matemática. Metodologias alternativas para o ensino de matemática no ensino médio. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica

D'AMORE, Bruno. **Elementos de didática da matemática**. São Paulo, SP: Livraria da Física, 2007.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman. **Educação matemática: representação e construção em geometria**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

LORENZATO, Sérgio (Org.). **O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

Bibliografia Complementar

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDES, I. A.; FOSSA, J. A.; VALDÉS, J. E. N. **A história como um agente de cognição na educação matemática**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

PONTE, J. P. da; BROCARD, J.; OLIVEIRA, H. **Investigações matemáticas na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Filosofia da Educação - 60h

Ementa: Conceito de educação. Educação enquanto formação moral. A educação através do olhar da Filosofia. As reflexões filosóficas sobre o processo educativo ao longo da história da humanidade: período greco-romano, período medieval, modernidade e pós-modernidade.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6.ed. São Paulo: Peiropolis, 2009.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

PINHEIRO, C. de M. **Kant e a educação: Reflexões filosóficas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHMIED-KOWARZIK, W. **Pedagogia dialética**: de Aristóteles a Paulo Freire. Trad. Wolfgang L. M. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STRECK, D. R. **Rousseau e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SEVERINO, J. A. **Filosofia da educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

ZITKOSKI, J. **Freire e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Cálculo Numérico - 60h

Ementa: Erros. Solução de equações algébricas e transcendentais. Solução de sistemas de equações lineares e não-lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Solução numérica de equações diferenciais. Implementação computacional.

Bibliografia Básica

RUGGIERO, Márcia A. Gomes; LOPES, Vera Lúcia da Rocha. **Cálculo numérico**: aspectos teóricos e computacionais . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997

BARROSO, Leônidas Conceição. **Calculo numérico (com aplicações)**. 2. ed. São Paulo: Harbra, c1987.

CUNHA, M. Cristina C. **Métodos numéricos**. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP.: Ed. da UNICAMP, 2000.

Bibliografia Complementar

ARENALES, Selma Helena de Vasconcelos; DAREZZO, Artur. **Cálculo numérico**: aprendizagem com apoio de software . São Paulo: Thomson, 2008.

BURDEN, Richard L; FAIRES, J. Douglas. **Análise numérica**. 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. xiii.

BURIAN, R; LIMA, Antonio Carlos de; HETEM JUNIOR, Annibal. **Cálculo numérico**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

FRANCO, Neide Maria Bertoldi. **Cálculo numérico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Xii.

SADOSKY, Manuel. **Cálculo numérico e gráfico**. 8 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1980.

SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, Luiz Henry Monken e. **Cálculo numérico**: características matemáticas e computacionais dos métodos numéricos . São Paulo: Prentice Hall, 2003.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Políticas Educacionais - Estruturas - 60h

Ementa: A organização do ensino brasileiro. Políticas e legislação educacional. A LDBEN e as políticas públicas nacionais. Articulação entre a estrutura e funcionamento (gestão) da educação básica e as políticas educacionais. A implantação das políticas públicas em educação. Matemática no contexto da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo (SP): Moderna, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

COSTA, Marisa Vorraber ((org.)). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.

Bibliografia Complementar

ANDREOLA, B. A. **Educação, cultura e resistência: uma abordagem terceiro-mundista**. Santa Maria: Pallotti/ITEPA/EST, 2002

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

Estágio Supervisionado III - 60h

Ementa: Observação em escolas e turmas do ensino médio. Estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática. Elaboração de pré-projeto de prática da docência.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Bibliografia Complementar

- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: O saber da partilha**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- BURIOLLA, M. A. F. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.
- ENGUIITA, M. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FRONZA, K.R. K. **Vivência escolar: elementos norteadores**. Rio do Sul: IFC, 2009.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (org.). **O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. Coleção Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- RAIÇA, Darcy (org.). **A prática de ensino: ações e reflexões**. São Paulo: Articulação, 2000.
- ROEGIERS, X. **Aprendizagem integrada: situações do cotidiano escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.

8º Semestre

Educação matemática e tecnologias - 60h

Ementa: Abordagem histórica. Recursos audiovisuais e softwares para o ensino e aprendizagem da Matemática. (prática como componente curricular).

Bibliografia Básica

- BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam Godoy. **Informática e educação matemática**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- RUGGIERO, Márcia A. G. **Cálculo Numérico: aspectos teóricos e computacionais**. São Paulo: MARKRON Books, 1996.
- VELLOSO, F, de C. **Informática - conceitos básicos**. Rio de Janeiro: Câmpus, 2002.

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e informática: os computadores na escola**. 4. ed. São Paulo: Cortez; 2009.
- DUARTE, M. da G. O. **Cálculo e álgebra linear com derive**. Florianópolis: UFSC, 1995.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

FALEIROS, A. C. **Aritmética, álgebra e cálculo como matemática**. São Paulo: Edgard, B. 1998.

GRAHAM, R. L. **Matemática concreta: fundamentos para a ciência da computação**. Rio de Janeiro: LTC, 1995.

MANZANO, J. G. **Algoritmos: lógica para o desenvolvimento de programação**. São Paulo: Érica, 2001.

VENANCIO, C. F. **Desenvolvimento de algoritmos: uma nova abordagem**. São Paulo: Érica, 2001.

Estatística e probabilidade - 60h

Ementa: Séries Estatísticas. Apresentação de dados. Distribuição de freqüências. Medidas de: tendência central, dispersão, assimetria. Correlação e regressão. Probabilidade. Distribuição de probabilidade.

Bibliografia Básica

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Estatística básica**. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar

BARBETA, P. A. **Estatística Aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 1994.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Atual, 1986.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. São Paulo: Saraiva, 1990.

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 351 p

MEYER, P L. **Probabilidade: aplicações à estatística**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC S/A, 1984.

MILONE, Giuseppe. **Estatística: geral e aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. **Curso básico de estatística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1996.

SPIEGEL, M. R. **Probabilidade e estatística**. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1971.

VIEIRA, S. **Princípios de estatística**. São Paulo: Pioneira. 1999.

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de estatística**. São Paulo: Atlas, 1990.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****Introdução à Análise - 60h**

Ementa: Estrutura do pensamento matemático formal, indução matemática e dedução. Demonstração de teoremas. Números reais. Funções: limite e continuidade.

Bibliografia Básica

ÁVILA, Geraldo. **Análise matemática para licenciatura**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blücher, 2006.

AVILA, Geraldo. **Introdução a análise matemática**. 2.ed. rev.-. São Paulo, SP: E. Blucher, 1999.

HOFFMANN, L. D. **Cálculo: Um curso Moderno e suas Aplicações**. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

Bibliografia Complementar

ELON L L. **Análise no Espaço R^n** . Brasília: Unb, 1970.

ELON L L. **Curso De Análise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto, 1985.

EUCLIDES. S. Lang Reading-Mass **Analysis**. Ed. Adison Mês, 1968. v. 2.

FIGUEIREDO, D. G. **Análise de Fourier e equações diferenciais parciais**. 3 ed. Rio de Janeiro: IMPA,1997.

FIGUEIREDO, D. G. **Análise I**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.

FERREIRA, J. C. **Introdução à Análise Matemática**. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbembian,1995.

LIMA, E. L. **Análise real**. 4 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 1999.

Libras - 60h

Ementa: Língua Brasileira de Sinais. A cultura surda. A surdez. O papel social das LIBRAS. Legislação e surdez. As Libras e a educação bilíngüe. (prática como componente curricular)

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 2. ed. São Paulo (SP): EDUSP, 2001 2.v

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas**. São Paulo, SP: Plexus, 2007.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngüe para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar

FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto: curso básico**, livro do

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

professor instrutor – Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2001.

LACERDA, C. B. F; GÓES, M. C. R. **Surdez**: Processos Educativos e Subjetividade. Lovise, 2000.

LODI, A. C. B, **Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais**: O gênero contos de fadas. [7] D.E.L.T.A., São Paulo, v.20, n.2, p. 281-310, 2004

MACHADO, P. **A Política Educacional de Integração/Inclusão**: Um Olhar do Egresso Surdo. Florianópolis: UFSC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Decreto nº 5.626 de 22/12/2005**. Regulamenta a lei nº 10.436, de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

MOURA, M C. **O Surdo**: Caminhos Para uma Nova Identidade. Revinter e FAPESP, 2000.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In.: SKLIAR, C (org): **A surdez**, um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas. 2004.

QUADROS, R. M.. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

SÁ, N L. R. **Educação de Surdos**: A Caminho do Bilingüismo. EDUF, 1999

SKILIAR, C. **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos**. Mediação, 1999. v. 1e 2.

THOMA, A; LOPES, M C. **A Invenção da Surdez**: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

VASCONCELOS, S P; Souza, G R da. **Libras**: Língua de Sinais. Nível 1. AJA – Brasília: Programa Nacional de Direitos Humanos. Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos CORDE.

Estágio Supervisionado IV - 150h

Ementa: Conclusão do pré-projeto e organização do projeto com a respectiva aplicação. Estágio de pré-docência: atividades de pré-docência no ensino médio. Elaboração do relatório final, com produção de artigo crítico e proposição de novas metodologias no ensino fundamental e ensino médio. Seminário de Socialização.

Bibliografia Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96.

PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE****Bibliografia Complementar**

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: O saber da partilha**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

ENGUITA, M. **Educar em tempos incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FRONZA, K.R. K. **Vivência escolar: elementos norteadores**. Rio do Sul: IFC, 2009

LORENZATO, S. (Org.) **O laboratório de ensino de matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006.

LÜDKE, M. (Coord.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2001.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ANEXO 2

ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

MATEMÁTICA – LICENCIATURA

IFC – CÂMPUS CONCÓRDIA

A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES SEGUIRÁ RESOLUÇÃO nº 48 DO CONSELHO SUPERIOR - 17/12/2010.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Regulamento das Atividades Curriculares Complementares do Curso de Matemática – Licenciatura

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
(IFC)**

O presente instrumento regulamenta e normatiza as Atividades Curriculares Complementares do curso de Matemática – Licenciatura do IFC.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. O presente instrumento regulamenta e normatiza as atividades curriculares complementares, bem como o oferecimento, o aproveitamento e a validação das atividades curriculares complementares que compõem o currículo obrigatório do curso de Matemática – Licenciatura do IFC.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Artigo 2º. Entendem-se como atividades curriculares complementares, as atividades não previstas nas disciplinas, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso, desde que afins à área de formação humanística e profissional do curso.

Artigo 3º. Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o Acadêmico da realidade social e profissional e propiciar-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o Instituto e a sociedade, por meio da participação do Acadêmico em atividades que possibilitem a formação profissional e cidadã.

Artigo 4º. A integralização das atividades curriculares complementares dos Cursos de Graduação do IFC, previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), são de responsabilidade de cada Acadêmico.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Artigo 5º. As atividades curriculares complementares que serão consideradas para fins de validação e integralização curricular são as de pesquisa, extensão e representação estudantil.

Artigo 6º. As atividades complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, sem prejuízo da frequência e aproveitamento, devendo estar relacionados a área do curso, podendo ser aproveitadas até dois anos antes do ingresso do acadêmico no curso, desde que atenda ao PPC do curso.

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE REALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Artigo 7º. As atividades curriculares complementares do curso serão avaliadas e reconhecidas, semestralmente, pelo NDE do curso de Matemática – Licenciatura mediante datas previstas no Calendário Acadêmico do campus.

Artigo 8º. Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de aproveitamento das atividades curriculares complementares, documentos legais com assinatura do responsável e respectiva carga horária.

CAPÍTULO IV

DA TRAMITAÇÃO E REGISTRO

Artigo 9º. Após abertura do período estabelecido no Calendário Acadêmico, o aluno deverá protocolar na Secretaria Escolar/Acadêmica, o pedido de aproveitamento das atividades curriculares complementares deve estar instruído com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original e cópia.

Parágrafo Único: Após o recebimento e conferência dos documentos, deverá autenticar as cópias, devolvendo as vias originais com carimbo no verso que identifique o aproveitamento.

Artigo 10. Recebido e autuado pela secretaria, o pedido será encaminhado à Coordenação do Curso que após prévia análise, encaminhará ao NDE para análise e reconhecimento das atividades curriculares complementares.

Artigo 11. O NDE encaminhará ao Coordenador do Curso que fará os procedimentos administrativos e remeterá os processos a secretaria. Após a homologação dos resultados, a Secretaria Escolar/Acadêmica realizará o registro no histórico escolar.

Artigo 12. O registro no histórico escolar deverá apresentar o detalhamento das atividades realizadas pelo Acadêmico com a respectiva carga horária de cada Atividade Curricular Complementar.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Artigo 13. A Secretaria Escolar/Acadêmica deverá emitir um relatório com a carga horária acumulada das atividades curriculares complementares desenvolvidas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 14. As atividades curriculares complementares do curso de Matemática – Licenciatura do IFC são normatizadas por este regulamento e pela legislação vigente.

Artigo 15. Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pelo Diretor de Ensino em conjunto com coordenação do curso.

Concórdia, 20 de abril de 2012

NDE do Curso de Matemática – Licenciatura

Câmpus Concórdia

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

*** Atividades Curriculares Complementares previstas, com a respectiva duração, número de créditos e limite de créditos máximo por atividade.**

I- REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

| ITEM | ATIVIDADES | DURAÇÃO | CRÉDITOS* | LIMITE DE CRÉDITOS NO CURSO |
|------|---|---------|------------|-----------------------------|
| 1. | Participação estudantil em Órgão/Conselho de Cursos. | 01 ano | 01 crédito | 02 créditos |
| 2. | Participação estudantil em Órgão/Conselho do Campus. | 01 ano | 01 crédito | 02 créditos |
| 3. | Participação estudantil nos Conselhos Superiores. | 01 ano | 01 crédito | 02 créditos |
| 4. | Participação em órgão de representação estudantil externo | 01 ano | 01 crédito | 02 créditos |

*O número de horas para cada crédito está previsto no PPC do curso.

II- ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

| ITEM | ATIVIDADES | DURAÇÃO | CRÉDITOS* | LIMITE DE CRÉDITOS NO CURSO |
|------|--|---------|------------|-----------------------------|
| 1. | Disciplinas não previstas no currículo pleno que possui relação com o curso e aceita pelo NDE. | 15 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 2. | Atividades desenvolvidas em programas especiais do curso. | 40 h | 01 crédito | 01 crédito |
| 3. | Semana acadêmica dos cursos | 20 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 4. | Estágio extra curricular permitido pelo curso. | 120 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 5. | Participação como bolsista ou voluntário de acordo com as normas do curso. | 120 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 6. | Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do Instituto. | 120 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 7. | Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso | 01 ano | 01 crédito | 02 créditos |

*O número de horas para cada crédito está previsto no PPC do curso.

III- EXTENSÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE**

| ITEM | ATIVIDADES | DURAÇÃO | CRÉDITOS* | LIMITE DE CRÉDITOS NO CURSO |
|-------------|---|---------------------------|------------------|------------------------------------|
| 1. | Participação em cursos de qualificação na área afim do curso com certificado de aproveitamento. | 30 h | 01 crédito | 02 créditos |
| 2. | Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares, com certificado de aproveitamento e/ou frequência. | Cada evento | 01 crédito | 04 créditos |
| 3. | Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial. | Cada artigo | 01 crédito | 04 créditos |
| 4. | Produção e participação em eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de caráter compatível com o curso de graduação, que sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares. | Cada evento | 01 crédito | 02 créditos |
| 5. | Participação como bolsista, monitor ou voluntário em atividade de extensão de acordo com as normas do curso. | Cada projeto ou atividade | 01 crédito | 04 créditos |
| 6. | Premiação em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso | Cada evento | 01 crédito | 04 créditos |

*O número de horas para cada crédito está previsto no PPC do curso.

IV- PESQUISA

| ITEM | ATIVIDADES | DURAÇÃO | CRÉDITOS* | LIMITE DE CRÉDITOS NO CURSO |
|-------------|---|------------------------|------------------|------------------------------------|
| 1. | Autoria e co-autoria em artigo publicado em Periódico na área afim. | Cada artigo | 01 crédito | 04 créditos |
| 2. | Livro na área afim. | Cada obra | 02 créditos | 06 créditos |
| 3. | Capítulo de Livro na área afim. | Cada capítulo | 01 crédito | 04 créditos |
| 4. | Trabalho publicado em Anais de Evento Técnico-Científico; resumido. | Cada 04 trabalhos | 01 crédito | 04 créditos |
| 5. | Trabalho publicado em Anais de Evento Técnico – Científico; completo (expandido). | Cada trabalho | 01 crédito | 04 créditos |
| 6. | Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica. | Cada projeto/atividade | 01 crédito | 04 créditos |
| 7. | Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de mini-curso | Cada evento | 01 crédito | 04 créditos |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

| | | | | |
|-----|---|-----------------|------------|-------------|
| | em evento científico. | | | |
| 8. | Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas e profissionais. | Cada prêmio | 01 crédito | 04 créditos |
| 9. | Prêmios concedidos por instituições esportivas e artísticas. | Cada prêmio | 01 crédito | 02 créditos |
| 10. | Participação na criação de Produto e serviço Tecnológico na área de Projeto, desde que reconhecido pelo NDE | Cada publicação | 01 crédito | 02 créditos |
| 11. | Participação na criação de Produto Tecnológico na forma de Protótipo, desde que reconhecido pelo NDE. | Cada publicação | 01 crédito | 04 créditos |
| 12. | Participação na criação de Produto Tecnológico na forma de Estudo Piloto. | Cada produto | 01 crédito | 06 créditos |

*O número de horas para cada crédito está previsto no PPC do curso.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

ANEXO 3

REGULAMENTAÇÃO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

MATEMÁTICA – LICENCIATURA

IFC – CÂMPUS CONCÓRDIA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE MATEMÁTICA - LICENCIATURA DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - IFC**

Agosto / 2011



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO..... | 03 |
| CAPÍTULO I – BASES LEGAIS..... | 03 |
| TÍTULO II – DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO..... | 03 |
| CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS..... | 04 |
| CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 05 |
| Seção I – Do Coordenador de Curso..... | 05 |
| Seção II – Do Professor Supervisor dos Estágios | 05 |
| Seção III – Do Professor da disciplina de Estágio..... | 06 |
| Seção IV – Do Professor Orientador do Estágio..... | 07 |
| Seção V – Do Professor Co- Orientador do Estágio..... | 08 |
| Seção VI – Dos Professores das disciplinas do NPED (Núcleo pedagógico). | 08 |
| Seção VII- Da Instituição concedente do estágio..... | 08 |
| Seção VIII – Do professor regente de classe da instituição concedente..... | 08 |
| Seção IX – Do Acadêmico | 09 |
| CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO | 10 |
| Seção I – Da Matrícula | 10 |
| Seção II – Da Frequência | 10 |
| Seção III – Da Definição do Campo de Estágio | 10 |
| Seção IV – Da Programação e da Duração..... | 11 |
| Subseção I – Da Observação | 13 |
| Subseção II – Das Oficinas e Monitorias | 13 |
| Subseção III – Do Planejamento | 14 |
| Subseção IV – Da Intervenção | 14 |
| Subseção V – Do Relatório e Artigo..... | 15 |



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

| | |
|--|-----------|
| Subseção VI – Do Seminário de Socialização..... | 16 |
| CAPÍTULO IV – DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA..... | 16 |
| CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO..... | 17 |
| CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... | 17 |
| TÍTULO III – DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO | 18 |



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1º O presente documento regulamenta as atividades de estágio do Curso de Matemática – Licenciatura do Instituto Federal Catarinense - IFC

Artigo 2º A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Orientação Didática dos Cursos Superiores do IFC, com o Projeto Pedagógico do Curso de Matemática - Licenciatura (PPC), com a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002, com o Regimento Geral de Estágio do IFC e com o Regulamento de Estágio do Instituto Federal Catarinense - IFC

CAPÍTULO I – BASES LEGAIS

Artigo 3º A Lei 11.788, no Artigo 3º § 1º aponta que o “[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

§ 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei 11.788).

§ 2º Os cursos de graduação e de ensino técnico devem definir em seu PPC a modalidade de estágio, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a filosofia do curso (Regulamento Geral de Estágios do IFC).

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica nos cursos superiores, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (Lei 11.788).



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

TÍTULO II – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Artigo 4º O estágio curricular obrigatório, é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Artigo 5º De acordo com a Lei 11.788 o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza observados os seguintes requisitos

- I matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Artigo 6º São objetivos do Estágio Supervisionado:

- I proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e experiências de ensino e de aprendizagem visando a complementação da educação profissional fundamentada pelo desenvolvimento de competências e habilidades (Artigo 5º Regulamento Geral de Estágio do IFC);
- II promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como forma de ampliar a qualificação do futuro profissional (Artigo 5º Regulamento Geral de Estágio do IFC);



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- III integrar o ensino com a realidade, possibilitando a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada à sua formação acadêmica;
- IV oportunizar ao acadêmico estagiário situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio do conhecimento específico, através da definição de uma proposta de ação;
- V incentivar a criação e o desenvolvimento de métodos e processos inovadores, tecnologias e metodologias alternativas, visando atingir as metas do ensino de matemática.
- VI integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de estágio.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7º - A estrutura organizacional para o Estágio envolverá:

- I Coordenadores de Curso;
- II Professor Supervisor dos Estágios;
- III Professor da disciplina de Estágios
- IV Professor Orientador de Estágio
- V Professor co-orientador de Estágio;
- VI Professores das disciplinas do NPED (Núcleo Pedagógico)
- VII Instituição concedente do estágio
- VIII Professor regente de classe da instituição concedente
- IX Acadêmicos.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Seção I – Do Coordenador de Curso

Artigo 8º Ao Coordenador de Curso competirá:

- I auxiliar na supervisão e desenvolvimento das atividades com os Professores: supervisor de estágio, professor da disciplina e professor orientador;
- II auxiliar na solução de problemas oriundos do Estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;
- III cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos;

Seção II – Do Professor Supervisor dos Estágios

Artigo 9º Competirá ao Professor Supervisor dos Estágios as seguintes atribuições:

- I estabelecer parcerias com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Obrigatório;
- II supervisionar o desenvolvimento das atividades do estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- III avaliar a adequação das instituições candidatas a campo de estágio quanto à formação cultural e profissional dos professores das disciplinas afins das instituições concedentes;
- IV providenciar o Termo de Convênio e os respectivos Termos de Compromisso (Apêndice I), junto às instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Obrigatório;
- V encaminhar oficialmente os Professores Orientadores de Estágio e acadêmicos aos respectivos campos do estágio;
- VI prestar assistência técnico-administrativa e pedagógica aos Professores Orientadores de Estágio e acadêmicos, quando houver necessidade;
- VII visitar as instituições concedentes de campo de estágio, mantendo contato com seus professores e dirigentes, sempre que necessário;
- VIII cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos;

Seção III – Do Professor da Disciplina dos Estágios

Artigo 10º. Competirá ao Professor da Disciplina de Estágios as seguintes atribuições:

- I organizar encontros e reuniões, para a definição de ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas aos estágios;
- II definir as linhas gerais do planejamento, oficinas, monitorias e regências com a equipe de professores;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- III distribuir os acadêmicos conforme as vagas disponíveis nas instituições concedentes de estágio;
- IV definir o número de orientandos conforme os professores orientadores disponíveis observando o limite máximo de 04 (quatro) orientações, ou 06 (seis) co-orientações, ou máximo de 03 (três) orientações mais 03 (três) co-orientações simultâneas;
- V organizar os seminários de socialização nas etapas II e IV;
- VI receber as avaliações emitidas pela instituição concedente e pelo professor orientador
- VII cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos;

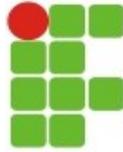
Seção IV – Do Professor Orientador do Estágio

Artigo 11 . A Orientação é obrigatória e será realizada por professores do IFC com o compromisso de visita ao local de estágio, podendo a mesma acontecer de forma ocasional e aleatória ou quando se fizer necessária, e ainda:

- I nas etapas I e III devem ocorrer no mínimo duas visitas (em cada uma delas), sendo uma a observação e outra a oficina / monitoria;
- II nas etapas II e IV devem ocorrer no mínimo duas visitas (em cada uma delas), sendo uma na monitoria e uma na intervenção.

Artigo 12 . Compete ao professor orientador:

- I orientar e dar suporte técnico ao acadêmico estagiário nas distintas fases do estágio, acompanhando, em intervalos regulares mediante visitas, telefonemas, *e-mails* ou outras formas o desenvolvimento do Estágio, registrando os dados na ficha de acompanhamento. (APÊNDICE II);



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- II apreciar, analisar orientar e acompanhar o planejamento e relatório durante o processo de execução do estágio indicando os materiais que auxiliem no embasamento teórico-prático necessário ao seu desenvolvimento;
- III decidir pela necessidade ou não de escolha de um co-orientador em conjunto com o acadêmico;
- IV aprovar o plano e relatório antes de encaminhar o estagiário para a próxima etapa do estágio;
- V participar do seminário de socialização do estágio para avaliação de seu orientando;
- VI emitir notas referentes às atividades inerentes a orientação e encaminhá-las ao professor da Disciplina de Estágio, conforme formulário (APÊNDICE III)
- VII cumprir e fazer cumprir as normas do presente regulamento.

Artigo 13 . São requisitos para atuar como Professor orientador:

- I ser professor do campus;
- II dispor de tempo para orientação;

Seção V – Do Professor Co-orientador do Estágio

Artigo 14 . Compete ao Professor co-orientador a seguinte atribuição:

- I substituir e ou auxiliar o professor orientador, quando houver necessidade;

Artigo 15 . São requisitos para atuar como Professor co-orientador:

- I ser professor do campus;
- II dispor de tempo para orientação;



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

**Seção VI – Dos Professores das disciplinas do NPED (Núcleo
Pedagógico)**

Artigo 16 . Compete aos professores das disciplinas do Núcleo Pedagógico envolvidas nos períodos nos quais o Estágio Supervisionado ocorre:

- I dar suporte a pesquisa;
- II auxiliar com sugestões de estratégias que possam ser desenvolvidas no estágio;
- III indicar bibliografias que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa.

Seção VII - Da Instituição concedente do Estágio

Artigo 17 . Compete à instituição:

- I receber o acadêmico para realização do estágio;
- II receber e fornecer informações e documentos necessários;
- III encaminhar o acadêmico para a sala de aula;

Seção VIII – Do professor regente de classe da instituição concedente

Artigo 18 . É necessário que o professor regente de sala tenha habilitação na área de atuação.

Artigo 19 . Compete ao professor regente de sala:

- I acompanhar as atividades que o acadêmico estagiário desenvolve;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- II analisar o planejamento elaborado pelo acadêmico e aprovado pelo professor orientador sugerindo alterações, se necessário;
- III avaliar o estagiário e preencher os formulários solicitados pelo IFC, logo após a conclusão do estágio;

Seção IX – Do Acadêmico

Artigo 20 . Ao acadêmico compete:

- I participar de todas as atividades previstas para o Estágio;
- II apresentar plano de estágio, seguindo o cronograma do mesmo;
- III desenvolver as atividades do estágio com responsabilidade, criatividade e senso crítico;
- IV observar atentamente a aplicação dos princípios de comunicação, relações humanas e ética profissional;
- V ter conhecimento da documentação necessária para a realização do estágio e cumprir o cronograma para entrega dos mesmos e de todas as etapas do Estágio;
- VI receber e preencher a documentação necessária levando à instituição concedente e devolvendo ao IFC com as devidas informações e assinaturas;
- VII elaborar e entregar as produções escritas via impressa e/ou em formato digital, conforme orientações do NDE do campus ao professor orientador, com antecedência mínima de dez dias úteis da data estipulada para o encerramento da etapa;
- VIII ter conhecimento da data, local, horário e tempo, das atividades relacionadas ao estágio;
- IX providenciar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do estágio;
- X decidir pela necessidade ou não de escolha de um co-orientador em conjunto com o orientador;



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

XI estar presente em todas as orientações agendadas pelo professor orientador;

XII cumprir as normas do presente regulamento e demais normatizações relativas ao Estágio do IFC.

Artigo 21 . No estágio supervisionado I e III o acadêmico não poderá assumir a docência no campo de estágio.

CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Artigo 22 . Para operacionalização do estágio é necessário que se satisfaçam as seguintes condições:

Seção I – Da Matrícula

Artigo 23 . O acadêmico deverá estar regularmente matriculado nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV previstas na seção IV deste Regulamento.

Seção II – Da Frequência

Artigo 24 . A frequência nas disciplinas Estágio Supervisionado I, II, III, IV, obedecerá aos seguintes critérios:

I a frequência exigida para os estágios supervisionados I, II, III, e IV no campo de estágio será de 100% da carga horária, conforme disposto no cro-



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

nograma das respectivas disciplinas, para as atividades presenciais do Curso;

II no Estágio não há justificativa de faltas, excetuando-se os casos previstos no Regimento Geral do IFC;

III no caso de justificativa de faltas prevista no inciso anterior, o acadêmico deverá repor a carga horária correspondente ao período de sua ausência, desde que esta reposição seja estabelecida em acordo com o Professor Orientador de Estágio e a instituição concedente de campo de estágio;

IV a carga horária das disciplinas Estágio Supervisionado, em cada período, deverá ser cumprida integralmente, mediante plano de estágio organizado pelo acadêmico sob a orientação e aprovação do Professor Orientador de Estágio;

V a frequência do acadêmico em atividades na instituição concedente de campo de estágio será registrada em formulário próprio (APÊNDICE IV), controlada pelo Professor Orientador de Estágio e registrada no diário de classe.

Seção III – Da Definição do Campo de Estágio

Artigo 25 . Os Estágios poderão ser realizados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em instituições de ensino regular, e em diferentes modalidades de ensino que possibilitem a execução da proposta pedagógica programada pelo acadêmico.

Artigo 26 . Será permitido a realização de estágio nas instituições com as quais o IFC mantém convênio ou, na medida do possível, no próprio local de trabalho do acadêmico quando este já leciona, desde que não seja na mesma turma que é regente de classe e em conformidade com a Seção VIII.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

Seção IV - Da Programação e da Duração

Artigo 27 . A programação de estágio do Curso Matemática - Licenciatura compreende um conjunto de atividades previstas no PPC, complementada pelo planejamento do NDE e equipe integrante da estrutura organizacional do estágio.

§ 1º. Os estágios I e III poderão ser realizados em duplas, de acordo com as normas deste regulamento.

§ 2º. Os estágios II e IV deverão ser realizados individualmente, de acordo com as normas deste regulamento.

Artigo 28 . O estágio do Curso Matemática - Licenciatura é um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação em matemática, devendo ser orientado por um professor do IFC e corresponde às seguintes etapas, conforme o PPC:

I 1ª Etapa: Estágio Supervisionado I - 60h – subdivididas em:

- a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para o projeto de oficina.
- b) No mínimo 20 horas que consistem na observação, em escolas e duas turmas das séries finais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola, do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.
- c) No mínimo 10 horas de planejamento e execução de oficina que deverão ser desenvolvidas no contra-turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

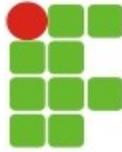
§ 1º No inciso I o acadêmico deve optar por uma das duas séries da primeira metade dos anos finais do ensino fundamental e umas das duas séries da segunda metade dos anos finais.

II 2ª Etapa: Estágio Supervisionado II - 150h – Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa I solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente subdivididas em:

- a) 60 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente aos anos finais do ensino fundamental.
- b) No mínimo 12 horas que consistem na observação, em escolas e turmas das séries finais do ensino fundamental, observadas na primeira etapa, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.
- c) No mínimo 16 horas de intervenção na série escolhida.
- d) No mínimo 20 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.
- e) 42 horas destinadas ao planejamento individual da intervenção e elaboração da produção escrita.

§ 1º Durante as atividades previstas no inciso II o acadêmico deverá elaborar um relatório, conforme roteiro definido pelo NDE (APÊNDICE V) apresentando em Seminário de Socialização.

III 3ª Etapa: Estágio Supervisionado III - 60h – subdivididas em:



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

- a) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos e planejamento de projeto de monitoria.
 - b) No mínimo 16 horas que consistem na observação, em escolas e turmas do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.
 - c) No mínimo 14 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.
- § 1º No inciso III o acadêmico deve optar por duas séries de ensino médio.

IV 4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV - 150h – Nesta etapa o acadêmico realiza a intervenção, preferencialmente em uma das turmas observadas na etapa III solidificando conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente subdivididas em:

- a) 60 horas a serem cumpridas no IFC, para orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, planejamento do projeto de monitoria e intervenção além do seminário de socialização para encerramento da etapa referente ao ensino médio.
- b) No mínimo 12 horas que consistem na observação, em escolas e uma turma do ensino médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de matemática e análise do livro / material didático adotado pela instituição concedente do estágio.
- c) No mínimo 10 horas de intervenção em uma série escolhida.
- d) No mínimo 20 horas de monitoria que deverão ser desenvolvidas no contra turno escolar, ou conforme as peculiaridades do campo de estágio.
- e) 48 horas destinadas ao planejamento individual da intervenção e elaboração da produção escrita.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Subseção I – Da Observação

Artigo 29 . A observação compreenderá as seguintes ações:

- I coleta de dados para oficina / monitoria / relatórios / artigos / pesquisa;
- II as etapas I e III do Estágio têm como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação de aulas de matemática do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio respectivamente.

Subseção II – Das Oficinas e Monitorias

Artigo 30 . Por oficina e monitoria entende-se respectivamente:

- I intervenção prática planejada a partir de um tema previamente definido (entre a instituição concedente do campo de estágio, professor orientador e acadêmico).
- II desenvolvimento de práticas educativas por meio de métodos alternativos e resolução de exercícios.

Parágrafo único: As atividades de oficinas e monitorias contribuirão para a pesquisa e elaboração do artigo final.

Subseção III – Do Planejamento

Artigo 31 . O acadêmico, sob acompanhamento e orientação do Professor Orientador de Estágio, realizará período de observação na instituição concedente de estágio, com a finalidade de coletar dados para diagnóstico e elaboração do Plano de Estágio.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

Artigo 32 . O acadêmico elaborará seu Plano de Estágio e o apresentará na data especificada no cronograma do semestre letivo submetendo-o à aprovação do Professor Orientador de Estágio.

Artigo 33 . Após aprovação do Professor Orientador de Estágio, o Plano de Estágio deverá ser apresentado ao professor regente de classe da instituição concedente de estágio, que emitirá o aceite para sua execução, com antecedência de uma semana.

Artigo 34 . O Planejamento do Estágio contemplará as seguintes ações:

- I observação na instituição concedente de campo de estágio e elaboração do relatório de observação, segundo orientações do Professor Orientador de Estágio;
- II elaboração do Plano de Estágio obedecendo os critérios orientados nas disciplinas.
- III produção de material didático-pedagógico e de subsídios teórico-metodológicos necessários à execução do Planejamento.

Subseção IV – Da Intervenção

Artigo 35 . Entende-se por prática de docência as atividades de planejamento, organização didático-metodológica e efetivo exercício de docência.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

Artigo 36 . O desenvolvimento da intervenção compreenderá as seguintes ações:

- I realização da prática pedagógica em sala de aula (docência);
- II coleta de dados para oficina / monitoria / relatórios / artigos / pesquisa;
- III avaliação, como processo, para a retroalimentação da docência.

Subseção V – Do relatório e Artigo

Artigo 37 . O relatório e o artigo compreendem o registro e análise fundamentada das atividades de estágio desenvolvidas em cada uma das etapas, sob a forma de relatórios e artigo, com base nos resultados da docência, sua discussão, análises e sínteses.

Artigo 38 . Os acadêmicos produzirão os relatórios individualmente ou em dupla conforme a etapa do estágio desenvolvida.

Artigo 39 . O artigo deverá ser elaborado individualmente.

Artigo 40 . Os relatórios serão elaborados conforme roteiro estabelecido pelo NDE do campus; (APÊNDICE V)



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Artigo 41 . Ao término de cada etapa o acadêmico deverá entregar o documento final, sob a forma de relatório, de acordo com cronograma da disciplina e no final da etapa IV o artigo.

Artigo 42 . As produções escritas deverão atender as normas da (ABNT) e às orientações metodológicas do IFC.

Parágrafo único. A entrega dos relatórios e artigo aprovados pelo professor orientador são requisitos para conclusão e aprovação nas respectivas etapas.

Subseção VI – Do Seminário de Socialização

Artigo 43 . A socialização do estágio acontecerá por meio de Seminários de Socialização após a finalização dos estágios II e IV:

- I na etapa II socialização do relatório final referente aos anos finais do Ensino Fundamental;
- II na etapa IV socialização do relatório final referente ao Ensino Médio e apresentação do artigo;

CAPÍTULO IV – DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Artigo 44 . A Resolução CNE/CP 02 de 19 de fevereiro de 2002, publicada em 4/3/2002, assegura o direito da redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 horas para os que exerçam atividade docente regular na Educação Básica.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

Artigo 45 . Neste regulamento estabelece-se que o acadêmico do Curso de Matemática – Licenciatura do IFC, poderá solicitar dispensa, via requerimento, das disciplinas:

I 1ª etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 anos, a atividade de docência, na disciplina de Matemática, em turmas de sexto, sétimo, oitavo ou nono anos do Ensino Fundamental, por um período não inferior a um ano letivo.

II 3ª etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 anos, a atividade de docência, na disciplina de Matemática, em turmas do Ensino Médio, por um período não inferior a um ano letivo.

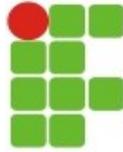
III A dispensa deverá ser encaminhada, na forma de requerimento devidamente documentada, dois meses antes da data de matrícula.

Artigo 46 . O acadêmico deverá anexar:

I cópias autenticadas de documentos que comprovem o exercício da docência; II cópias autenticadas de documentos que indicam a disciplina ministrada, série e período trabalhado;

III relatório documentado das atividades de docência exercida, constando pelo menos cinco planos de aulas, detalhados e exemplos de material didático.

Artigo 47 . A coordenação do curso, em conjunto com o professor Supervisor de estágio e o Professor da Disciplina de Estágio avaliarão a documentação e emitirão parecer sobre a aprovação do pedido.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Artigo 48 . Os requisitos para a análise são:

- I documentação completa;
- II adequação do relatório aos objetivos da disciplina na qual o acadêmico solicita dispensa.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Artigo 49 . A avaliação do Estágio configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelos professores orientadores, pelo professor da disciplina de estágio e pelo professor regente de classe da instituição concedente do estágio.

Artigo 50 . A avaliação de cada etapa dar-se-á conforme indicado no PPC do curso de Matemática-Licenciatura e conforme critérios adicionais aprovados no NDE do curso de Matemática-Licenciatura para cada campus, com base nos instrumentos e critérios pré-definidos.

Artigo 51 . A nota final do Estágio será composta pela média aritmética da avaliação do(s) professor(es) orientador(es), do professor da disciplina de Estágio e do professor regente de classe da instituição concedente. Para obter aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0).

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 52 . O acadêmico que não obtiver nota final superior ou igual a sete na disciplina deverá cursá-la novamente.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

Artigo 53 . O acadêmico somente poderá cursar o estágio II e IV mediante aprovação nos estágios I e III respectivamente.

Artigo 54 . O roteiro do relatório será definido pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 55 . As instituições concedentes do estágio serão definidas pelo Professor Supervisor dos Estágios e aprovado pelo NDE e professores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 56 . Os casos omissos nesse regulamento serão resolvidos, pela Coordenação do Curso e NDE do Curso Matemática - Licenciatura de cada campus.

TÍTULO III – DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Artigo 57 . Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários que estejam frequentando o ensino regular no IFC.

Artigo 58 . Poderão ser campos de estágio não-obrigatório para acadêmicos dos Cursos de Matemática – Licenciatura as escolas e demais instituições que atuem na área educacional, além dos setores e áreas afins do Curso de Matemática – Licenciatura do IFC.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

Artigo 59 . Serão consideradas afins ao Curso de Matemática – Licenciatura as atividades compatíveis com o currículo específico, a saber:

I atividades de estágio recomendáveis para a primeira metade do Curso: atividades auxiliares em ambientes educacionais;

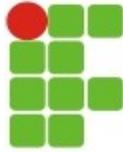
II atividades de estágio recomendáveis para a segunda metade do Curso: atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de monitorias de aulas de Matemática em ambientes de educação formais e não formais.

Artigo 60 . A parte concedente de estágio designará profissional docente de seu quadro funcional para ser supervisor de campo de estágio, que deverá ter habilitação ou experiência na área de realização do estágio.

Artigo 61 . O acompanhamento, comprovado por vistos nos Programas de Estágio e preenchimento do Relatório de Avaliação do Estágio Não-obrigatório, será atribuição do respectivo curso de Licenciatura, que designará Professor Orientador para tal.

Artigo 62 . Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do Curso de Matemática - Licenciatura, revogando as disposições em contrário.

Concórdia, 10 de agosto de 2011.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE

ANEXO 4

APENDICES DO ESTÁGIO